



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**A QUESTÃO DO *POLITICAMENTE CORRETO* EM TEMÁTICAS
RELATIVAS À HOMOSSEXUALIDADE E SEUS REFLEXOS NA
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Marília, SP
2012

MIRIAM REGIANE DUTRA CABRERA

**A QUESTÃO DO *POLITICAMENTE CORRETO* EM TEMÁTICAS
RELATIVAS À HOMOSSEXUALIDADE E SEUS REFLEXOS NA
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães

Marília, SP
2012

Ficha Catalográfica

C234q Cabrera, Miriam Regiane Dutra.
A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação / Miriam Regiane Dutra Cabrera – Marília, 2012.
113f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.
Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.

1. Ética. 2. Politicamente correto. 3. Homossexualidade. 4. Representação da Informação. I. Autor. II. Título.

CDD 029.5

MIRIAM REGIANE DUTRA CABRERA

**A QUESTÃO DO *POLITICAMENTE CORRETO* EM TEMÁTICAS
RELATIVAS À HOMOSSEXUALIDADE E SEUS REFLEXOS NA
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: _____
José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista)

2º Examinador: _____
Marisa Brascher Basilio Medeiros (Universidade Federal de Santa Catarina)

3º Examinador: _____
Fábio Assis Pinho (Universidade Federal de Pernambuco)

Marília, 3 de maio de 2012.

Para você, Marcus,

meu eterno amor!

Agradeço-te e dedico este trabalho.

Jamais conheci alguém tão digno, honesto e generoso.

Este trabalho é tão seu quanto meu, pois sem teu apoio teria sido impossível realizá-lo. Eu te amo!

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que lutam pela igualdade dos direitos e o fim de qualquer tipo de preconceito.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Ana e ao meu pai Roberto (in memoriam), que sempre acreditaram em mim e apoiaram todas as minhas decisões.

Ao orientador José Augusto Chaves Guimarães, pela generosidade, pelo conhecimento compartilhado e principalmente por acreditar neste trabalho.

Aos professores Fábio Assis Pinho e João Batista Ernesto de Moraes, por todas as sugestões apresentadas no exame de qualificação.

A Maria Berenice Dias, pelo acompanhamento tão próximo.

To Ellen Greenblatt, for all the help from sending materials as well as tips and suggestions on this subject that captivates both. Thanks!

À amiga Suellen Milani, pela ajuda em todos os processos desta pesquisa. Sua ajuda foi essencial, sua generosidade é inacreditável.

À amiga Brisa, por todos os momentos vividos juntos.

À amiga Cristina Narukawa, por tamanha gentileza em ouvir e socorrer meus pedidos.

À amiga Mariana Inácio, por todas as contribuições em meus momentos de angústias.

Aos professores Carlos Cândido Almeida, Ely Francina Tannuri de Oliveira, Maria Cláudia Cabrini Grácio e Mariângela Spotti Lopes Fujita, pelos conhecimentos compartilhados em aula e por todas as contribuições ao longo desses anos.

A todos os meus colegas do Programa de Pós-Graduação, em especial Cidinha e Gustavo (meu padrinho).

Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”

“A questão é”, disse Alice, “se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”

“A questão”, disse Humpty Dumpty, “é saber quem vai mandar – só isto.”

Lewis Carroll – Aventuras de Alice no país das maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro : Zahar, 2009. p.245

RESUMO

Considerando que os aspectos éticos envolvidos na representação temática influenciam o fazer profissional do bibliotecário e que a linguagem documental se modifica com a inserção das novas percepções da realidade, torna-se importante analisar as peculiaridades do movimento do *politicamente correto* como subsídio ao estudo de seus impactos na representação da informação, mais especificamente nas temáticas relativas à homossexualidade. Desse modo, e visando a contribuir para a sedimentação teórica da área de pesquisa em Ética na representação da informação, no tocante às temáticas relacionadas à *homossexualidade*, objetivou-se: a) analisar as peculiaridades do movimento do *politicamente correto* como subsídio ao estudo de seus impactos na representação da informação; b) analisar as temáticas relativas à homossexualidade como subsídio ao estudo de seus impactos na representação da informação; c) identificar a literatura internacional de Ciência da Informação que vem se dedicando à confluência temática entre homossexualidade, politicamente correto e representação da informação; d) sinalizar para perspectivas de ação profissional no que tange à representação da informação em temáticas relativas à homossexualidade em um contexto de politicamente correto. Para tanto, partiu-se de uma abordagem teórica dos aspectos éticos em representação da informação, a partir do que foram especificamente estudadas as questões do politicamente correto e a temática da homossexualidade sob o olhar histórico, social e informacional. Em seguida, buscou-se identificar, na literatura internacional de Ciência da Informação (base LISA) da última década, como vêm sendo tratadas as questões de representação da informação em temáticas ligadas ao politicamente correto face à homossexualidade, a partir dos termos de busca *political correctness; homosexuality, homosexual, euphemism, prejudice e discrimination*. Os resultados evidenciaram, por um lado, a pouca literatura específica da área e, por outro, um crescente desenvolvimento terminológico na área jurídica relativamente a essas questões. Tais aspectos evidenciaram a necessidade de estudos aprofundados, como por exemplo, no que se refere à questão de como a literatura jurídica tem estabelecido termos para descrever essas novas situações ligadas ao *politicamente correto* e, em consequência, em que medida as bibliotecas jurídicas – e as linguagens de indexação da área - têm ou não incorporado essa terminologia quando da representação da informação. Sinalizaram ainda para a necessidade de se comparar como se encontra essa questão em bibliotecas de universidades que possuem cursos jurídicos, bem como avaliar se nas bibliotecas que não possuem esse delineamento jurídico há alguma mudança de percepção quanto aos processos de representação da informação. Assim, verifica-se a validade do mote de trabalho e a suas perspectivas futuras de aprofundamento, na medida em que se acredita que esta pesquisa poderá contribuir para a sedimentação de reflexões teóricas – e de ações profissionais concretas – relativamente com aos aspectos éticos que envolvem o indexador no tratamento de temáticas ligadas à homossexualidade em um contexto de politicamente correto, reiterando a perspectiva – e o compromisso – social que permeia a Ciência da Informação em sua própria essência.

PALAVRAS-CHAVE: Representação temática. Politicamente correto. Homossexualidade.

ABSTRACT

Whereas the ethical aspects involved in the thematic representation to influence the professional librarian and document that the language changes with the inclusion of new perceptions of reality, it is important to analyze the peculiarities of the movement of political correctness as a subsidy to the study of its impacts the representation of information, specifically the themes related to homosexuality. Thus, aiming to contribute to sedimentation in the area of theoretical research in Ethics in the representation of information with regard to issues related to homosexuality, aimed to: a) analyze the peculiarities of the movement of political correctness as a subsidy to the study of their impacts on the representation of information, b) analyze the issues relating to homosexuality as an aid to study their impact on the representation of information, c) identify the international literature of information science that has been dedicated to the confluence between the themes of homosexuality, political correctness and representation information; d) to signal prospects of professional action regarding the representation of information on subjects relating to homosexuality in the context of political correctness. To do so, broke a theoretical approach to the ethical representation of information, from which have been specifically studied the issues of political correctness and the issue of homosexuality under the watchful historical, social and informational. Next, we sought to identify, ma international literature of Information Science (LISA basis) of the last decade, have been treated as issues of representation of information on topics related to the politically correct view of homosexuality, from the political search terms correctness, homosexuality, homosexual, euphemism, discrimination and prejudice. The results showed, firstly, the lack of literature specific area and, secondly, a growing development in the legal terminology for these issues. These issues highlighted the need for detailed studies, for example, with regard to the question of how the legal literature has established new terms to describe these situations linked to politically correct and, consequently, the extent to which law libraries - and indexing languages of the area - have incorporated or not this terminology when the representation of information. Also signaled the need to compare how is this issue in university libraries that have legal courses, and evaluate if the libraries do not have this design is there any legal change of perception of the processes of information representation. Thus, there is the validity of the theme of work and future prospects of deepening, as it is believed that this research may contribute to the consolidation of theoretical thinking - and actions specific professionals - with regard to ethical issues involving index in the treatment of issues related to homosexuality in the context of political correctness, reiterating the view – ant he commitment that permeates the social-information science at its very core.

KEYWORDS: Thematic representation. Political correctness. Homosexuality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado dos termos pesquisados na base LISA	70
Quadro 2 - Resultado da pesquisa do termo <i>Political Correctness</i>	70
Quadro 3 - Resultado da pesquisa do termo <i>Euphemism</i> na base LISA	71
Quadro 4 - Resultado da pesquisa do termo <i>Homosexuality</i> na base LISA.....	71
Quadro 5 - Resultado da pesquisa do termo <i>Homosexual</i> na base LISA	78
Quadro 6 - Resultado da pesquisa da intersecção dos termos <i>Homosexual</i> e <i>Discrimination</i> na base LISA	83
Quadro 7 - Resultado da pesquisa da intersecção dos termos <i>Homosexual</i> e <i>Prejudice</i> na base LISA	83
Quadro 8 - Resultado da pesquisa da intersecção dos termos <i>Discrimination</i> e <i>Information Representation</i> na base LISA.....	84
Quadro 9 - Resultado da pesquisa da intersecção dos termos <i>Prejudice</i> e <i>Information Representation</i> na base LISA.....	84
Quadro 10 - Quadro-síntese dos artigos recuperados na Base LISA que abordam o aspecto da representação da informação	85

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Dimensões temáticas 88

Gráfico 2 - Incidência de artigos por ano 90

Tabela 1 - Ocorrência de autores na base de dados LISA..... 88

Tabela 2 - Ocorrência de Periódicos na base de dados LISA..... 89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	17
3 A QUESTÃO DO <i>POLITICAMENTE CORRETO</i>	25
4 TEMÁTICA DA HOMOSSEXUALIDADE SOB O OLHAR HISTÓRICO, SOCIAL E INFORMACIONAL	43
5 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM TEMÁTICAS LIGADAS AO POLITICAMENTE CORRETO FACE À HOMOSSEXUALIDADE NA LITERATURA CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2000-2011)	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada nesta pesquisa está circunscrita ao campo da Ciência da Informação e este estudo se justifica na medida em que revela a contribuição com a organização do conhecimento no que diz respeito aos aspectos éticos da organização e representação da informação.

Ressalta-se que esta proposta encontrou bases acadêmicas de realização no Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, cuja área de concentração é *Informação, Tecnologia e Conhecimento*, mais especificamente na linha 2 “Produção e Organização da Informação”, tendo em vista que este estudo proporcionará desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos da representação e recuperação do conteúdo documental. Nesse sentido, vem somar-se a uma trajetória investigativa iniciada em 2002¹, trazendo à tona uma nova

¹ Veja-se, para tanto:

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **Datagrama zero, Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, fev. 2011.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization* ed. Würzburg : Ergon, 2010, p. 424-429.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. **Ética en organización y representación del conocimiento**: aspectos teóricos. *Nuovi Annali*, v. 24, p. 235-251, 2010.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; ALMEIDA, C. C. et al. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: *A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 94-129.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Org.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos das novas tecnologias de informação e comunicação e seu reflexo na organização e Representação do Conhecimento. In: **Aspectos Jurídicos e Éticos da Informação Digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 9-20.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. (Org.). **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. 160p.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC). In: *A Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de Produção, Acesso e Disseminação da Informação*. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 67-85.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C. Aspectos éticos na atuação do profissional da informação In: *Aspectos Jurídicos e Éticos da Informação Digital*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 21-38.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C.; PINHO, F. A. et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: *Culture and identity in knowledge organization*. Würzburg : Ergon, 2008. p. 361-366.

GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, L. M. B. Ética no campo da pesquisa como instrumento de ensino: a apreensão do conhecimento na rede internet. In: GUIMARÃES, J.A.C., FERNANDEZ MOLINA, J.C. (Org.). **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura

especificidade: a representação da informação em temáticas relacionadas à *homossexualidade* e os reflexos do movimento do *politicamente correto* nesse contexto.

Constata-se uma lacuna sobre o assunto na literatura da área e, como verificado na revisão de literatura, ainda não foi realizado nenhum estudo no contexto brasileiro.

À vista do recorte teórico de Guimarães (2005) propõe-se dar continuidade aos estudos dos aspectos éticos em organização e representação do conhecimento, por meio da análise da dimensão do *politicamente correto*, mais especificamente no campo das temáticas relacionadas à *homossexualidade* onde expressões evoluem adquirindo mais precisão, o que causa impacto direto em sua comunidade discursiva.

Acadêmica, 2008. p. 133-144.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli** (UFSC), Florianópolis, v.13, p.124/135, 2008.

GUIMARÃES, J.A.C; PINHO, F.A.; MILANI, S.O. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-152, jun./jul.2008.

GUIMARÃES, J. A. C., PINHO, F. A. Reflexiones acerca las teorías sobre ética en la representación del conocimiento. **Biblios**, Lima, v. 32, p. 1-12, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttex@pid=S1562-47302008000300006>. Acesso em: 11 dez. 2009.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios na representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, p. 1-21, jan./jun. 2007.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Los valores éticos en Organización y Representación del Conocimiento (ORC). In: La interdisciplinariedad y transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico. León : Universidad de León, 2007. p. 77-89.

GUIMARÃES, J.A.C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E.G.D. (Org.) **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFERN, 2006. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: La dimensión humana de la organización del conocimiento. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: la dimensión humana de la organización del conocimiento: la dimensión humana de l' organización del coneixement. Barcelona : Universitat de Barcelona, 2005. p. 178-185.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: FRIAS MONTOYA, J. A., TRAVIESO, C. (Org.). **Tendências de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

FERNANDEZ-MOLINA, J. C., GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representations and organization for the 21st century**: integration of knowledge accross boundaries. Wurzburg: Ergon Verlag, 2002, p. 487-492.(Advances in Knowledge Organization, 8)

GUIMARÃES, J. A. C. La ética del profesional de la información en el mundo globalizado. **Palabra chave**, v. Especial, p. 55-56, 2002.

Para tanto, e no caso brasileiro, especial contribuição tem trazido a literatura jurídica, que vem se dedicando com especial ênfase à terminologia ligada a essa questão.

O interesse por este tema partiu de minha experiência profissional em uma biblioteca universitária, composta basicamente por obras de ciências sociais e jurídicas, onde a comunidade usuária, especificamente um Grupo de Estudos, reivindicou a alteração do cabeçalho de assunto “União homossexual” para “União homoafetiva”.

O grupo alegava o respeito ao “politicamente correto” e, dessa forma, solicitava a mudança desse cabeçalho, bem como de todas as demais variações decorrentes e termos similares. Naquele momento, o grupo estava fazendo uma *varredura* em toda a instituição, procurando encontrar traços preconceituosos e indicando melhorias e adaptações atualmente mais apropriadas e socialmente aceitas.

Nesta pesquisa, a relevância profissional se mostra presente ao buscar contribuir não apenas para um *saber*, mas também para um *fazer*, de modo a proporcionar aos profissionais da informação aportes teóricos, desenvolvendo habilidades para a percepção e sinalização dos problemas na representação temática. Isso leva à relevância social da pesquisa, na medida em que bibliotecas estão inseridas dentro de organizações que possuem missões, valores e objetivos sociais.

O trabalho do bibliotecário na representação da informação possui impacto direto na qualidade na recuperação da informação em uma biblioteca, o que revela uma dimensão eminentemente ética da questão, pois tangencia aspectos ligados à promoção da inclusão social e cultural, na medida em que permitirá que os usuários, indistintamente, acessem, recuperem a informação e construam novos conhecimentos.

Não só bibliotecários (mediadores da informação) e usuários (“consumidores” da informação), mas também autores (produtores da informação) têm se preocupado em atualizar a nomenclatura, exteriorizar as mudanças ocorridas com os termos na medida em que a sociedade evolui e solicita uma forma de “forçar” rompimentos de tabus, barreiras, etc.

Quanto aos objetivos, pretende-se, em âmbito geral, contribuir para a sedimentação teórica da área de pesquisa em Ética na representação da informação, no tocante às temáticas relacionadas à *homossexualidade*.

Já em relação aos objetivos específicos, pretende-se: a) analisar as peculiaridades do movimento do *politicamente correto* como subsídio ao estudo de seus impactos na representação da informação; b) analisar as temáticas relativas à homossexualidade como subsídio ao estudo de seus impactos na representação da informação; c) identificar a literatura internacional de Ciência da Informação que vem se dedicando à confluência temática entre homossexualidade, politicamente correto e representação da informação; d) sinalizar para perspectivas de ação profissional no que tange à representação da informação em temáticas relativas à homossexualidade em um contexto de politicamente correto.

Quanto à metodologia, este trabalho se desenvolve por meio de uma abordagem teórica e de uma abordagem aplicada. Na abordagem teórica, analisam-se os aspectos históricos e teórico-conceituais que permeiam as temáticas do politicamente correto e da homossexualidade na literatura internacional. Essas abordagens, por sua vez, são contextualizadas no universo dos aspectos éticos da representação da informação.

Na abordagem aplicada, desenvolve-se, por meio de busca do domínio conceitual composto pelos termos: *political correctness; homosexuality, homosexual, euphemism, prejudice e discrimination* nos títulos, subtítulos, resumos, palavras-chave e descritores na base de dados LISA no período entre 2000 e 2011, na identificação do estado-da-arte da literatura internacional de Ciência da Informação acerca da confluência temática entre homossexualidade, politicamente correto e representação da informação.

A escolha por esse *corpus* documental se reforça pela importância da base de dados LISA (*Library and Information Science Abstracts*) no cenário internacional da Ciência da Informação como uma base de dados referencial com cobertura internacional indexando mais de 440 periódicos publicados em 68 países, em mais de 20 línguas. A base tem cobertura desde 1969 até os dias atuais e a cada duas semanas, mais de 500 registros são adicionados.

Desse modo, o primeiro capítulo parte de uma abordagem teórica do contexto geral da pesquisa – os aspectos éticos em representação da informação – em cujo

âmbito apresenta-se a questão do politicamente correto como uma variável e a questão da homossexualidade como uma temática de especialidade.

Para isso, o segundo capítulo dedica-se à questão do politicamente correto, partindo de seus elementos histórico-conceituais para chegar à questão da linguagem, que trará impacto direto na representação da informação.

Em continuidade, o terceiro capítulo procura verticalizar a abordagem, centrando sua ênfase nos aspectos teórico-conceituais da homossexualidade.

Buscando dar lastro a essa questão, o quarto capítulo dedica-se a identificar como se situa o estado da arte da literatura internacional de Ciência da Informação no que se refere à confluência temática entre politicamente correto, homossexualidade e representação da informação.

A vista de tais aspectos torna-se possível, nas considerações finais, traçar uma reflexão que sinalize para perspectivas de representação da informação no que tange às temáticas ligadas à homossexualidade em um contexto de politicamente correto.

2 ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Os estudos de ética na representação da informação², mais especificamente inseridos no âmbito da ética profissional do bibliotecário, tornam-se essenciais para que os necessários padrões de precisão possam levar à efetiva recuperabilidade da informação por parte do usuário.

Nesse contexto, especial destaque merecem as representações que podem comprometer significativamente a função social, cultural e informacional da biblioteca, na medida em que podem, irreversivelmente, alijar comunidades usuárias pelo fato de estas não se sentirem condignamente representadas no universo informacional da biblioteca, resultando em uma perda de credibilidade da unidade de informação em face desses segmentos sociais.

Como destaca Dahlberg (1995), verificam-se três fases históricas na Organização do Conhecimento e, em especial, na Biblioteconomia: a) fase classificatória original (ou notacional), em que o importante é organizar para achar (Dewey, LC etc.); b) fase tesáurica (ou alfabética), marcada pela ruptura com os sistemas tradicionais de classificação, buscando em referenciais da Linguística, soluções para a representação temática da informação; e c) nova fase classificatória (ou fase classificatória revisitada, como define Dahlberg), em que reconhece a complementaridade da organização lógica de conceitos e de sua representação linguística (Bliss, CRG, Aitchison, ISKO).

O indexador é o profissional da informação que conhece os instrumentos e os processos e também o objeto da representação da informação. Em outros tempos, esse processo era considerado técnico, mas, hoje, sabe-se que possui natureza intelectual, devendo ser norteado por reflexões críticas e princípios éticos.

Guimarães e Milani (2011) resgatam três categorias de valores que integram ou tangenciam a organização e representação do conhecimento, propostos anteriormente por Guimarães (2007):

- a) Aqueles valores maiores (ou supervalores) que permeiam toda a atividade informacional: respeito à Privacidade, Autoria (direito autoral), Acessibilidade, Liberdade, Segurança, Equidade, Diversidade e Minimização de riscos.

² Utiliza-se o conceito de representação da informação mais voltado às descrições de conteúdo que se aplicam às ocorrências individuais de objetos informacionais (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

- b) Aqueles antes havidos como requisitos profissionais, na medida em que integram a essência do fazer profissional na área: Competência, Eficiência, Flexibilidade, Confiabilidade, Reconhecimento profissional, Atualidade, Autonomia, *Consciência de poder e Cooperação*.
- c) Aqueles antes havidos como meras medidas de organização e representação do conhecimento, mas que hoje se integram ao universo axiológico da área: Precisão, Garantia cultural, Exaustividade, Consistência, Facilidade de uso e Hospitalidade do sistema.

Decorrendo da negativa dos valores, tem-se um conjunto de problemas que, de acordo com Guimarães (2007, p. 57), podem ser categorizados em dois contextos: os problemas que permeiam o mundo atual (Divisão digital, Pornografia, Envio de lixo eletrônico, Substituição do profissional pela tecnologia e Violência) e os problemas que afetam diretamente as atividades de organização e representação do conhecimento, quando do exercício profissional (Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcionamento informacional, Ineficiência profissional, Má representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiossincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas).

Olson (2002, p.3) destaca que por meio dos pontos de acesso por assuntos, os catálogos evidenciam sua não-neutralidade, refletindo valores dominantes de uma sociedade. Tal aspecto é corroborado por Guimarães e Pinho (2006, p.3) quando afirmam que,

[...] os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas da representação, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou atribuir conceitos no momento de indexação.

Para Olson (2002, p.4) *naming* ou nomear é o ato de conferir um nome, de rotulagem, de criar uma identidade. É um meio de estruturar a realidade que impõe um padrão no mundo que seja significativa para o nomeador. Cada um de nós cria nossa própria estrutura através de nomeação.

Beghtol (2002) argumenta sobre a prática, como forma de se evitar que as representações de um sistema sejam inseridas por meio de práticas tendenciosas,

prejudicando minorias ou matérias como política, religião, cultura e língua, corrigindo-as por meio de decisões éticas. Também Kublik et al. (2003) apontam o preconceito como um dos grandes problemas inerentes aos sistemas de representação.

Capurro (2002) menciona três níveis de responsabilidade ética que o profissional deveria assumir: a responsabilidade de nível micro (relação entre os usuários), responsabilidade de nível médio (relação com as instituições) e por fim, responsabilidade de nível global (relação com a sociedade)³.

Se considerarmos os níveis apresentados por Capurro (2002), a responsabilidade com a representação da informação na temática homossexual alcança principalmente as esferas micro e global.

Na esfera “Micro”, diz-se respeito aos aspectos que envolvem os usuários homossexuais dos sistemas de informação que não se enxergam em sistemas mal representados ou se enxergam mal representados e até mesmo discriminados e também quanto aos ditos “heterossexuais” que desejam ser justos e pleiteiam que as minorias sejam tratadas igualmente.

Em relação à esfera “Global”, a responsabilidade com a sociedade se delinea, à medida que todos somos cidadãos que exigimos um mundo justo, sem preconceitos, e os profissionais da informação podem colaborar muito com essas mudanças.

Nesse aspecto, Guimarães e Pinho (2006) concluem que os sistemas de representação do conhecimento universais têm, na maioria das vezes, refletidos desvios e, assim, podem disseminar uma estrutura de conhecimento que para um determinado grupo social não é válido ou aceito, cujo resultado pode incorrer em um constrangimento dessa parcela da sociedade.

Para Brey (1999) existem dois tipos de desvios na representação do conhecimento: representação deturpada ou inapropriada, onde alguns aspectos

³ Essa abordagem de Capurro encontra dialogicidade com as dimensões ou compromissos éticos propostos por Guimarães (2000a, p.66), que atuam em cinco instâncias distintas: **o usuário**, encarando-o como um sujeito que se apropria da informação para gerar conhecimento, **a organização**, por meio do compromisso com os objetivos institucionais em cujo âmbito se desenvolverão as ações informativas, **a informação**, a partir da forma pela qual o profissional toma contato com o documento e representa seu conteúdo, **a profissão**, como relação com a “dimensão coletiva e agregadora de saberes, de fazeres e de seus respectivos agentes, para a concretização de aspirações conjuntas e de uma atuação integrada” e **o próprio profissional enquanto cidadão**: seu contexto social e sua configuração como indivíduo “dotado de aptidões, preferências, ideias e, principalmente, sonhos de auto-realização”.

encontram-se inadequados de acordo com os padrões de exatidão; e representação tendenciosa, onde os valores e interesses de alguns usuários não estão contemplados.

Quando um determinado grupo cria seu vocabulário próprio que é reflexo da sua produção intelectual registrada, designará e divulgará suas idéias, por conseguinte, consolidará uma terminologia. Um sistema de representação do conhecimento, que visa controlar um vocabulário específico e, através dele, representar adequadamente um conteúdo, é elaborado, dentre outros requisitos, por meio dessa terminologia encontrada na literatura desse grupo. Entretanto, quando um termo é incluído de forma errônea ou equivocada, poderá representar de maneira preconceituosa ou, ainda, se valer de recursos que disfarcem algum tipo de desvio.” (GUIMARÃES; PINHO, 2007)

O avanço teórico na área de representação da informação está acontecendo gradativamente e percebido pelos pesquisadores. Em especial, as questões éticas ligadas à organização e representação da informação constituem um tema atual e importante para a Ciência da Informação. De acordo com Milani (2010, p.13):

As atuais reflexões na área de Ciência da Informação (CI) têm revelado uma mudança de paradigma, na medida em que sua ênfase já não se centra apenas em questões de recuperação, acesso e disseminação da informação, mas, muitas vezes, adentra em aspectos epistemológicos, com objetivo de sedimentar cientificamente a área. Assim, para aperfeiçoar seus referenciais teóricos e metodológicos, os pesquisadores têm se dedicado também a reflexões sobre os processos, enquanto maneiras pelas quais se realizam as operações da área, notadamente no âmbito da organização do conhecimento (OC), respaldados por normas, métodos e técnicas específicas utilizando, para isso, instrumentos, e tendo como conseqüências os produtos.

Considerando a Biblioteconomia como profissão de natureza sócio-humanista, observa-se que o bibliotecário também busca, em sua profissão, um meio para realização pessoal ao buscar uma conduta adequada para o pleno desenvolvimento de suas capacidades no seu ambiente social e profissional. Isso se complementa pelo fato de que bibliotecas e outros centros de informação participam em uma determinada missão social e agem de acordo com um determinado conjunto de valores. Em outras palavras, o processo de alcançar os seus objetivos tem muito a ver com o seguimento de uma conduta ética, que reconhece os profissionais da informação como agentes morais responsáveis

perante si mesmos, os outros e a sociedade em geral. (MARTINHO, 2007; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2010).

A dimensão ética, portanto, subsidia o acompanhamento e o desempenho das funções essenciais dos profissionais, estabelecendo políticas e estratégias de serviço.

Nesse aspecto, Guimarães et al. (2008, p.138) esclarecem que

O conceito de competência profissional na área de informação, até então entendido como domínio de conteúdos específicos, alargou-se para abranger também a maneira pela qual esses conhecimentos são materializados na prática profissional, o que trouxe para discussão o componente ético presente em atividades informativas, notadamente a partir dos danos sofridos pelo usuário.

Ainda em relação aos usuários das bibliotecas e unidades de informação, observa-se, de modo geral, uma significativa “presença de usuários cada vez mais exigentes, o que tem levado à necessidade de estudos sobre o perfil do profissional da informação, principalmente no que se referem às posturas necessárias a sua atuação profissional” (GUIMARÃES et al., 2008, p.144). Além disso, o primeiro dos aspectos éticos destacados por Fernández-Molina e Guimarães (2002, p.488-489) é a prevalência – e primazia – dos interesses do usuário.

Nesse sentido, os estudos de Guimarães (2006) já concluíram que os problemas de natureza ética que se destacam, a partir da literatura e da prática profissional, são os que se referem ao preconceito na análise ou na representação.

Pode-se dizer que todos esses aspectos influenciam direta e decisivamente nas dimensões éticas, e que os estudos de ética são essenciais em todos os aspectos, principalmente no que se refere à representação da informação em si, onde estudos estão sendo desenvolvidos nas avaliações das linguagens documentais, precisamente quanto à questão da não-neutralidade das mesmas, pois realizadas por seres humanos, em um contexto social dinâmico evidentemente carregam ideologias, diferenciações políticas, econômicas, culturais.

Apresentando-se como suporte fundamental a esse fazer profissional, a ética revela natureza interdisciplinar, evidenciando-se em várias áreas do conhecimento. Contudo, na Ciência da Informação, ainda é necessário que seja mais amplamente discutida, pois muitos estudos de representação temática ainda necessitam de referenciais teórico-éticos. De acordo com Pinho (2006, p.2), o estudo da ética torna-

se necessário “[...] à medida que as atividades de representação devam respeitar diferenças e crenças existentes entre os usuários que ali recorrem para orientar-se na busca pela informação.” Para Barité (1997) nenhuma teoria é válida se não está diretamente articulada com necessidades e exigências reais da prática.

Tanto na literatura da área quanto na prática profissional identificam-se problemas éticos na representação da informação, mas poucas sugestões são encontradas que possam contribuir para a resolução das questões pragmáticas ou na teorização da ética na representação temática da informação. As teorias procuram estabelecer um sistema único e coerente de pensamento como uma concepção macro, compreensíveis, verificáveis, permitindo explicar determinados tipos de fenômenos, proporcionando critérios, princípios, técnicas e procedimentos gerais para solucionar casos particulares.

A organização e representação do conhecimento devem estar comprometidas com a sociedade; portanto, cabe ao profissional da informação contribuir com referenciais teóricos, diminuindo problemas de racismo e preconceitos, por meio dos processos éticos profissionais que devem estar envolvidos no momento da representação temática do documento, proporcionando, em especial, neste trabalho em relação às temáticas ligadas à *homossexualidade*, trazendo neste momento, uma representação correta, impessoal, representativa para a sociedade e sem preconceitos implícitos.

Quanto à problemática da representação, Guimarães (2005) apresentou alguns problemas encontrados nos tesouros e listas de cabeçalhos e os sistematizou da seguinte forma:

- a) relativos a preconceitos - tanto na análise quanto na representação;
- b) relativos às categorizações dicotômicas – proselitismo;
- c) relativos a uma visão de mundo específica – priorizam conceitos em detrimento de outros;
- d) relativos à precisão terminológica – tomando a parte pelo todo;
- e) relativos à polissemia;
- f) relativos à dimensão do “politicamente correto” – expressões evoluem adquirindo mais precisão.

E é com base nesse último que se busca, na presente dissertação, aprofundar as dificuldades apresentadas na representação da informação no tocante à dimensão do *politicamente correto* em temáticas ligadas à *homossexualidade* em

busca de uma minimização de problemas ligados a eventuais preconceitos que os homossexuais sofrem quanto à terminologia envolvida nesse aspecto. Este estudo poderá contribuir para evitar a situação prevista por Guimarães (2006, p. 61): “[...] tal fato inibirá o usuário que não terá confiança no sistema de informação, devido aos critérios empregados na representação do conteúdo.”

Olson (2002) ressaltou que o profissional detém, no momento em que representa o conteúdo do documento, a preferência pela escolha do conceito, denominando-o de *poder de nomear* ou de rotular refletindo, na maioria das vezes, os valores dominantes de uma sociedade.

Koehler e Pemberton⁴, citados por Pinho (2006, p. 43) desenvolveram diretrizes para um código de ética para profissionais da informação contendo os seguintes valores / procedimentos: a) sempre que possível coloque as necessidades dos usuários acima de outras preocupações; b) entenda os papéis do profissional da informação e se esforce para encontrá-los com maior habilidade e competências possíveis; c) sustente as necessidades da profissão e associação profissional; d) profissionais que não se encontram em conflito com as obrigações profissionais são sensíveis e compreensivos às responsabilidades sociais apropriadas para a profissão; e e) mantenha-se ciente e compreensivo com os direitos dos usuários, dos empregadores, dos profissionais da mesma categoria, da comunidade e da sociedade em geral.

Situar as necessidades dos usuários acima de outras preocupações parece-nos ser o objetivo mais importante para um bibliotecário, mas estudar e descobrir quais os aspectos desse elemento que podemos aproveitar para a representação temática em si, é essencial. Estar ciente dos direitos dos usuários também é de igual importância, pois representar o conteúdo informacional de forma precisa, dentro de uma linguagem aceita por estes usuários, é também um direito deles. Para tanto, Milani e Guimarães (2011), já afirmavam que a organização e representação do conhecimento não prezam pela satisfação informacional personalizada, ou seja, de um indivíduo unicamente, pois tal tarefa seria impraticável, mas, sim, pela satisfação informacional de uma comunidade usuária.

Como já argumentado anteriormente, na Biblioteconomia, não raras vezes os produtos têm sido tomados como mais importantes do que os processos por meio

⁴ KOEHLER, W. C.; PERBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics**, Dordrecht, v.9, n.1, p.26-54, 2000.

dos quais foram gerados, o que é um equívoco. A atividade do bibliotecário não é meramente técnica, mas intelectual, na medida em que deve desenvolver uma postura consciente e crítica, colaborando para o âmbito histórico e social em que se insere.

Nesse contexto, uma reflexão sobre os valores envolvidos na linguagem de indexação utilizada e, ainda, sobre a possibilidade de interação dos valores e idiosincrasias do bibliotecário no momento de indexação torna-se especialmente importante. Se considerarmos, em relação ao objeto desta dissertação – as temáticas ligadas à *homossexualidade* - acreditamos que o conflito se amplia, visto que o assunto ainda traz inúmeras controvérsias e são agregadas frequentemente a preconceitos e intolerâncias.

Por isso, imprescindível se torna a reflexão de como esse profissional constrói o seu 'fazer' de forma mais coerente com a realidade em que se insere e em que medida ocorre o respeito às denominadas minorias e suas características, contribuindo para o que a sociedade deseja que se relacione aos valores éticos inclusos no comportamento público, bem como o profissional.

Mai (2004) enfatiza que os sistemas de classificação refletem a realidade e que qualquer classificação é um olhar particular do mundo e que são criadas com arbitrariedade e motivadas por preconceitos.

Também Froehlich (1994, p. 462) refere-se a

[...] padrões culturais e aos padrões legais de uma dada comunidade, os primeiros, atuando como uma *força anônima* e influenciando, por exemplo, na política de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca, relativamente à inclusão ou não de um dado item na coleção. Essa força que a comunidade tem de conseguir mudar as coisas não se limita somente à biblioteca, mas sim, a uma variedade de fatores, inclusive às atitudes governamentais.

Cabe, então, ao profissional da informação perceber as necessidades dos usuários, que se apresentam diretamente ou indiretamente no sistema, seja por meio das demandas desses usuários, solicitando novos materiais, reclamando de uma regra ou de uma representação que lhes pareçam equivocadas, seja quando se verificam determinados termos pesquisados dão incidência zero no sistema, mesmo havendo informação a respeito.

3 A QUESTÃO DO *POLITICAMENTE CORRETO*

Presente atualmente na mídia, inclusive de forma trivial, o movimento do *politicamente correto* encontra na sociedade contemporânea, mais precisamente nas últimas décadas, terreno fértil para se enraizar e crescer, aproveitando da carência de defensores das chamadas “minorias” que tentam contribuir nas buscas por seus direitos em nossa sociedade.

O conceito de *minorias* será retomado várias vezes nesta dissertação; então, faz-se necessária uma análise de seu conceito, já que não existe uma formalização universal a respeito.

Cabe aqui salientar que há duas definições para se caracterizar *minorias*, envolvendo as concepções sociológicas e antropológicas. Segundo Moonen citado por Monteiro, Barreto, Oliveira et al (2012) “na sociologia o termo *minoria* normalmente é um conceito puramente quantitativo que se refere a um subgrupo de pessoas que ocupa menos da metade da população total e que dentro da sociedade ocupa uma posição privilegiada, neutra ou marginal”.

No aspecto antropológico, por sua vez, a ênfase é dada ao conteúdo qualitativo, referindo-se a subgrupos marginalizados, ou seja, minimizados socialmente no contexto nacional, podendo, inclusive, ser uma maioria em termos quantitativos. Moonen (MONTEIRO; BARRETO; OLIVEIRA et al., 2012) observa ainda que uma das primeiras definições nesse sentido foi a de L. Wirth⁵, sendo *minoria* “um grupo de pessoas que, por causa de suas características físicas ou culturais, são isoladas das outras na sociedade em que vivem, por um tratamento diferencial e desigual, e que por isso se consideram objetos de discriminação coletiva”.

De acordo Monteiro, Barreto, Oliveira et al. (2012) verifica-se, portanto, que, no conceito antropológico, a diferença não está em termos quantitativos, mas no tratamento e no relacionamento entre os vários subgrupos, nas relações de dominação e subordinação. Nesse contexto, tem-se como grupo dominante a

⁵ Louis Wirth (1897-1952), sociólogo, nasceu na Alemanha, mas emigrou para os Estados Unidos em 1936. Destacou-se na Escola de Sociologia de Chicago, cujos interesses incluíam a vida da cidade, o comportamento de grupo minoritário e meios de comunicação. É reconhecido como um dos principais sociólogos urbanos.

maioria, sendo minoria o grupo dominado. (MONTEIRO; BARRETO; OLIVEIRA et al., 2012)

O conceito de minoria tem diferentes valores, no âmbito das relações culturais e étnicas, devido a uma dupla conotação numérica e política e também do ponto de vista do país ou da cultura em causa. Nos países desenvolvidos, as minorias são identificadas como tal, em termos de um grupo em desvantagem numérica, econômica e social, com menos oportunidades de trabalho e educação e são frequentemente discriminadas e exploradas economicamente. (MINORIA, 2012).

Nos Estados Unidos, assim como em outras sociedades ocidentais, o termo é utilizado com essa conotação, tanto política como numérica relativamente a grupos étnicos menos favorecidos em oportunidades, como as comunidades afro-americana, africana, asiática ou latina.

Em contrapartida, existem outros tipos de minorias. Também nos Estados Unidos, por exemplo, observam-se comunidades de judeus e de nipoamericanos que, embora possam ser identificadas como minorias, devido à sua diferenciação étnica e numérica, não o são, devido a serem comunidades economicamente prósperas e que ocupam faixas das classes médias e altas da sociedade.

Essa realidade reforça a ideia de que o termo minoria tem também muito a ver com questões econômicas, de classe social e políticas. Outras vezes, são minorias políticas e de classes camufladas que exercem de fato o poder, tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento. (MINORIA, 2012).

É importante então, relativizar os conceitos de ‘minorias’, já que, por exemplo, os pobres são minorias nas universidades, mas não o são na sociedade econômica.

Quanto ao termo *minorias sexuais*, é atribuído aos gays, lésbicas e toda a comunidade LGBT e perpassa a questão de seus direitos e reivindicações na sociedade atual. Rodrigues (2010, p. 9) define com propriedade a questão, quando afirma que as *minorias sexuais* são grupos sociológicos que possuem um lugar delimitado em perversas hierarquias de dominação e exploração.

Retomando ao movimento do *politicamente correto*, no que tange à linguagem, tem-se basicamente uma política de torná-la “neutra” em termos de discriminação, evitando o uso de termos ofensivos e pejorativos para determinadas pessoas ou grupos sociais. O conceito filosófico do movimento é que ao evitar a utilização de certos termos discriminatórios, estamos colaborando para uma sociedade igualitária.

A expressão *politicamente correto* também é conhecida como *PC*, e as versões originais em inglês são denominadas *politically correct* ou *political correctness*.

O *politicamente correto* procura corrigir as representações da linguagem, com impacto direto no vocabulário, de modo a “que não apenas extirpe das próprias palavras todos os juízos de valor, como ‘corrija’ também [...] todas as acepções potencialmente discriminatórias que as palavras possam conter ou sugerir” (BENTO, 2008, p. 10).

Isso, contudo, também provoca discussões e questionamentos entre seus opositores, já que a preocupação básica reside na linguagem e não no surgimento ou manutenção dos preconceitos em si.

Nos anos 70, delineia-se uma nova etapa das teorias sobre os movimentos sociais. De acordo com Gohn (2007), no paradigma norte-americano se destaca a busca de elementos conceituais que preencham as lacunas existentes devido ao enfoque exclusivamente econômico. Em uma segunda etapa, destaca-se o desenvolvimento do processo político, onde o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo. Passaram a ser enfatizadas, nesse momento, as estruturas das oportunidades políticas, a linguagem, as ideias, os símbolos, e as ideologias, as práticas de resistência cultural, onde

[...] tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos e ideias presentes naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas. (GOHN, 2007, p. 70)

Nessa nova fase, começou a imperar a era do *politicamente correto*, em que, por exemplo, o negro deixa de ser chamado de *Black* e passa a ser denominado *African-American*. Scliar (1994, p. 10) relembra outras formas da atuação do movimento, quando, nos Estados Unidos, houve a mudança para a abreviatura *Ms.* que veio substituir as *Mrs.* e *Miss*, evitando, assim, a discriminação entre mulheres solteiras e casadas.

Na década de 90, nos países do chamado “terceiro mundo”, os denominados “movimentos progressistas ou populares” entraram em crise, muitos se decompondo

ou retrocedendo às formas de resistência em que se manifesta o uso da força, como os *Sem-Terras* no Brasil. De acordo com Gohn (2007), os movimentos que se articulavam mais às agendas dos novos movimentos sociais (mulheres, ecológicos, etc.), redefiniram-se e somente os de caráter mais geral sobreviveram. Não são mais movimentos das mulheres ou dos índios, são os de gênero, raça, etnia, entre outros. Como reforça Gohn (2007, p.339) “associada ao politicamente correto há uma homogeneização que recobre as profundas diferenças e desigualdades.”

Nesse ínterim, ressurgiram os movimentos nacionalistas em questões como raça, etnia, religião e com eles as lutas conservadoras e a defesa de princípios não democráticos.

Inserindo-se nesse contexto, o movimento de gays e lésbicas criou “instituições”, como a Parada do Orgulho Gay, o Dia Internacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual, que é comemorado no dia 28 de junho e, especificamente no Brasil, a Frente Parlamentar de Combate à Homofobia. Baseados na era do *politicamente correto* e da nova percepção da sociedade, tais eventos e instituições cresceram e procuraram se multiplicar, gerando mais visibilidade para a sociedade e para o Estado.

Vale destacar que gays e lésbicas são “fortemente influenciados pelo cenário da subcultura gay, já que, ainda hoje, a frequência a determinados locais (bares, discotecas, clubes de sexo, saunas, etc.) costumam fazer parte do processo de consolidação de suas identidades” (RIBEIRO, 2010, p. 16).

Apesar disso, Gohn (2007, p.339) alerta que “o direito a diferença, quando exacerbado, pode levar à ditadura das minorias, como bem observou Habermas [...]”. Desse modo, o universo dos movimentos sociais se amplia e se restringe ao mesmo tempo.

Nos diversos meios de comunicação, existem dezenas de teorias diferentes de como o *politicamente correto* foi criado. Alguns acreditam que teve origem na religião, especificamente no catolicismo, quando um dos critérios para ser incluso no “Index Librorum Prohibitorum” era o da “incorrecção política”, que significava estarem em desacordo com as ideias políticas da Igreja.

Autores como Braga (2011a, 2011b) remontam à ideia de que o *politicamente correto* iniciou-se como instrumento ideológico quando Marx escreveu o “Manifesto Comunista” e, em uma de suas vertentes, o “marxismo cultural” que considerava os trabalhadores como os “bons” e a burguesia e os capitalistas, os “maus”. Nesse

momento já era usado o desconstrucionismo filosófico e epistemológico, retirando o significado de um contexto/texto para se colocar a seguir o sentido que se pretende dar, eliminando o seu significado, substituindo-o por aquilo que se pretende. Braga (2011a, 2011b) aponta que foi Marcuse⁶ quem introduziu no *politicamente correto* um elemento importante: a sexualidade.

Foi Marcuse que criou a frase “*Make Love, Not War*”. Ele defendeu que a masculinidade e a feminilidade não eram diferenças sexuais essenciais, mas derivados de diferentes funções e papéis sociais; então, não existem diferenças sexuais, e sim “diferenças construídas”. Para Braga (2011a, 2011b), Marcuse é o pai do *politicamente correto* moderno. Já Semprini (1999) afirma que a expressão foi tomada do jargão stalinista dos anos 50, que designava obediência irrestrita à linha política ditada pelo comitê central. O autor também afirma que o *politicamente correto* tenta evitar que a sensibilidade ou a autoestima dos diferentes grupos sociais, minorias ou indivíduos possam ser ofendidas ou humilhadas, reforçando as condições de marginalidade e contribuir para a perpetuação de uma condição inferior. No *politicamente correto* existe o que Semprini (1999) designou como uma purificação da língua, substituindo uma expressão menos conotativa por uma mais neutra e descritiva.

Contudo, Wilson (1995, p. 3) defende que a primeira vez que o termo apareceu, foi em 1793, na Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso *Chisholm v. Georgia*, quando o juiz James Wilson escreveu um parecer que manteve o direito de um cidadão de processar outro estado: “The United States’ instead of the ‘People of the United States’ is the toast given. This is not politically correct”. (grifo nosso)

Já Horta (2011), acredita que a expressão apareceu pela primeira vez na China nos anos 30, para denotar a estrita conformidade com a linha ortodoxa por Mao Tsé-Tung.

Apesar de várias controvérsias de onde e como a expressão em si surgiu, verifica-se uma convergência no sentido de que o movimento do *politicamente correto* tomou grande força nos Estados Unidos no final dos anos 60, e

⁶ Herbert Marcuse (Berlim, 19 de Julho de 1898 — Starnberg, 29 de Julho de 1979) foi um influente sociólogo e filósofo alemão naturalizado norte-americano, pertencente à Escola de Frankfurt.

[...] normalizado e institucionalizado com a chegada de Bill Clinton a presidente, o fenômeno da <<political correctness>> está, por um lado, intimamente ligado ao problema conhecido como <<multiculturalismo>> e, por outro, intrinsecamente associado ao reconhecimento político dos <<direitos das minorias>>. (BENTO, 2008, p.10)

O grande amparo filosófico do movimento encontrou-se nas universidades americanas. Em 1989, a Universidade de Michigan instaurou um conjunto de regras inseridas em um código de linguagem que proibia e sancionava todo o comportamento verbal ou físico que fosse estigmatizar uma pessoa por sua característica racial, orientação sexual, entre outras.

Após o ataque às torres do World Trade Center e ao Pentágono, o tom do discurso americano sofreu mudanças que se estenderam por um pequeno período. Desapareceu como por mágica o relativismo cultural, o respeito por aquilo que possa ser considerado politicamente correto. O relativismo cultural, teoria formulada na década de 30 pelo antropólogo americano Melville Jean Herskovitz, preconiza que nenhuma cultura é superior a outra; cada uma deve ser entendida dentro de seu próprio contexto e, por isso mesmo, não cabem comparações entre elas. Com os atentados, voltaram à tona conceitos como países civilizados e nações bárbaras. (CONTEÚDO GLOBAL, 2012).

Hoje, o *politicamente correto* ultrapassa os contornos especificamente norte-americanos que estiveram na sua origem. Ele tomou proporções globais. Isso se comprova na medida em que se averigua, por exemplo, em Portugal, com o início do movimento há duas décadas, estabelecendo o novo léxico das profissões. Naquele país, os carteiros transformaram-se em técnicos de distribuição postal, os varredores viraram técnicos de higienização urbana. Bento (2008, p.17), relativamente à realidade portuguesa, ironiza quando diz que não se considera mais um professor e sim “técnico de transmissão de competências científico-pedagógicas com valência múltiplas desdobráveis em horas de contacto e orientações tutorias.”

Já no Brasil, são inúmeros os exemplos desse movimento do *politicamente correto*, inclusive nas profissões, como se pode verificar na Classificação Brasileira de Ocupações (código 5142-05), quando deixaram de existir os *lixeiros* e surgiram os *coletores de lixo domiciliar* ou, ainda, no momento em que as pessoas deixaram se autodenominarem *desempregados*, e surgiram os *disponíveis para o mercado de trabalho*.

As pessoas, em seu cotidiano, tendem a moldar a língua para resolverem certas questões. De acordo com Rossoni (2009, p.11), “manipular a linguagem é uma maneira de utilizá-la em favor do falante”. É, inclusive, uma demonstração de que esse falante conhece a linguagem que usa e pode moldá-la a fim de atingir certos objetivos. Mas o próprio Rossoni (2009, p.12) afirma que,

[...] deve-se ter em mente que o simples fato de utilizarem-se expressões ditas politicamente corretas, por si só, não reflete obrigatoriamente em atitudes politicamente corretas. (...) a linguagem deveria ser o reflexo do que as pessoas têm feito quanto a evitar que qualquer diferença entre as pessoas se torne fator de discriminação. No entanto, falar politicamente correto não necessariamente implica agir de tal maneira.

Segundo Saussure (1969), a língua pode ser definida como um sistema cujos termos são todos solidários e em que o valor de um não resulta senão da presença simultânea dos outros, ou seja, a língua é a relação entre o indivíduo e o meio social, entendido como sistema de signos: língua (elementos abstratos) e fala (concretização de elementos abstratos).

Completa Andrews (1996, p.401, tradução nossa) que seria de imaginar que muitos dos atuais termos do *politicamente correto* surgiram como sugestões dadas por essas comunidades de falas particulares, em que pessoas dos tipos listados seriam encontradas. Em muitos casos, essas comunidades vão sobrepor-se e envolver múltiplos subconjuntos de comunidades.

Também o autor infere que entre os problemas multifacetados associados com o *politicamente correto* encontra-se o de mostrar a interação dinâmica dos signos linguísticos, como eles agem e reagem no contexto em constante mudança social. (ANDREWS, 1996, p. 402)

Sapir⁷ citado por Lyons (2009, p. 3) completa afirmando que “a linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos.” Já para Bloch e Trager⁸ citado por Lyons (2009, p. 3) “uma língua é um sistema de símbolos vocais por meio dos quais um grupo social co-opera.”

⁷ SAPIR, E. **Language**. New York : Harcourt Brace, 1929.

⁸ BLOCH, B.; TRAGER, G. L. **Outline of linguistic analysis**. Baltimore : Linguistic Society of America/Waverly Press, 1942)

Saussure (1969, p. 85; 93) se faz importante nesse contexto quando afirma que um dado estado de língua é sempre produto de fatores históricos, confirmando o que Sapir assegura.

De acordo com Bento (2008), a língua é um instrumento em que o homem a molda em função dos seus propósitos, um instrumento que deve servir, em todo o caso, para expressar – e não para ocultar – o pensamento. Ele retoma a ideia de George Orwell⁹ que considera que o pensamento corrompe muitas vezes a linguagem, a linguagem – mormente a linguagem política – pode também corromper o pensamento.

Possenti e Baronas (2006, p. 53) reforçam a opinião de Bento, quando retomam que, para alguns, esse movimento corre o risco de transformar-se numa forma de censura e que um dos efeitos seria o cerceamento da liberdade de expressão, e que diversos campos de manifestação cultural certamente tenderiam a ser afetados pelo comportamento do movimento.

Já Semprini (1999, p. 65) garante que “qualquer solução linguística imposta de *modo indiscutível* arrisca chocar-se contra o muro dos hábitos e práticas dos falantes daquela língua”. O autor também esclarece as duas correntes existentes e que se contradizem em relação à teoria da linguagem e aos questionamentos do *politicamente correto*.

A primeira corrente mostra que os opositores do *politicamente correto* aderem a uma posição referencial: são contra a patrulha linguística que o *politicamente correto* propõe – linguagem é um instrumento, uma tecnologia cognitiva que permite dar nome a objetos e condições do mundo; a função da língua é dar-lhes nome, independência dos dois planos: a realidade e as palavras que a descrevem.

Para os opositores o *politicamente correto* é inútil, pois, qualquer solução linguística imposta poderá chocar-se com os hábitos e práticas dos falantes da língua; sem contar que a questão prática ficaria privada: por exemplo, um cego não deixará de ser cego se alguém chamá-lo de deficiente visual. Para eles a linguagem é neutra e apenas registra uma situação. A língua somente testemunha uma situação de desequilíbrio da sociedade, não é modificando a linguagem que se modificarão as realidades sociais.

⁹ ORWELL, G. Politics and the english language. In: _____. **Why I write**. S.l. : Penguin Books, Great Ideas, 2004.

Já a segunda corrente, a dos defensores do *politicamente correto* adere a uma posição construtivista, ou seja, a relação entre língua e realidade não é neutra, a linguagem afeta o nosso conhecimento e nossas representações do mundo. É na linguagem que as relações de dominação e exclusão se cristalizam, são negociadas e produzidas, desempenhando um papel ativo na produção da realidade, modelando a percepção que uma sociedade tem de si e dos grupos que a compõem.

A alteração de uma palavra pode influenciar a cognição das personagens para outras direções. Um cego não será menos cego se for chamado de deficiente visual, mas esse termo pode modificar a percepção que os indivíduos têm da cegueira.

Em seu projeto de expurgar a língua de todos os termos desrespeitosos aos indivíduos ou minorias, o “pc” depara-se com uma grande dificuldade: encontrar as palavras mais adequadas. Palavras capazes de designar os indivíduos ou os estados do mundo de modo estritamente descritivo, que não apelem para posições pejorativas ou condescendentes. Se estas palavras são difíceis de serem encontradas é porque a linguagem nunca é neutra por definição e não pode deixar de exprimir relações de força, os valores e crenças de uma sociedade. (SEMPRINI, 1999, p. 68-69)

Blikstein (1985, p.60-61) reforça que traços de diferenciação e identificação são discriminatórios e seletivos e acabam por adquirir, no contexto da práxis, um valor positivo ou melhorativo em oposição a um valor negativo ou pejorativo, que se transformam em traços ideológicos que vão desencadear as “formas” ou corredores semânticos, por onde vão fluir as linhas da significação (isotopias).

No que se aludem à representação da informação, esses traços ficam evidentes quando estão imbuídos dentro de tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, etc., ou seja, dentro dos instrumentos de representação da informação manejados por bibliotecários e cientistas da informação.

Como afirma Hall (2001), as pessoas de diferentes culturas não falam apenas línguas diversas, mas, o que é talvez mais importante, habitam em diferentes mundos sensoriais. A seleção desses dados sensoriais, aceitando alguns e eliminando outros, a ponto que a experiência (percebida através de filtros sensoriais) é bastante diferente da percebida pelos outros.

Dentro dessa discussão, vale colocar a questão do multiculturalismo que se entrelaça às questões do movimento do *politicamente correto*, que traz de acordo

com Milani et al. (2009) em seu bojo a questão da diferença, além do conceito filosófico ou forma semântica, mas sim, essencialmente, a tentativa de inclusão mostrando que

[...] o multiculturalismo traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e aos grupos cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes. (Milani, 2009, p. 2)

A questão do multiculturalismo, conforme Milani et al. (2009) assume a efetiva complexidade na medida em que deve dedicar atenção ao momento da recepção (ou à lógica de recepção do usuário) já que um dos desafios do multiculturalismo reside em compreender como evitar situações de incomunicabilidade e encontrar novas formas de mediação e tradução.

Segundo os autores, em uma interação com um sistema de busca/recuperação da informação com desvios ou atualmente denominados *bias*¹⁰, o usuário pode sentir que sua autoimagem retransmitida, especialmente por conceitos é uma imagem sem valorização, discriminatória e até agressiva. Essa depreciação afeta pesadamente a autoestima da pessoa, sendo interiorizada e instalada no âmago de sua identidade (MILANI, 2010).

Nesse sentido, reside toda a problemática deste estudo, onde esses “atores sociais” precisam encontrar na sociedade e em especial, conceitos em sistemas de informação que se sintam “bem” representados e não discriminados. Os aspectos éticos em sistemas de informação, envolvidos nessa questão, serão tratados detalhadamente em capítulos posteriores.

Rossoni (2009, p. 11) nos traz um estudo do autor Bagno¹¹ em relação à manipulação da linguagem retomando o livro de ficção “1984” de Orwell¹², em que um governo autoritário preocupado com pensamentos politicamente perigosos modifica a linguagem utilizada.

¹⁰ Optou-se por manter o termo original *bias* em inglês (correspondente a *sesgos*, em espanhol) como abrangendo os sentidos de tendência, viés, inclinação, desvio, uma vez que não se encontra, em língua portuguesa, termo que dê conta de todo o conteúdo relativo a *bias*” (MILANI, 2010, p.14).

¹¹ BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

¹² ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Com o passar do tempo, percebeu-se certa preocupação em evitar que a distinção entre as pessoas pudessem representar preconceito. Além disso, os próprios falantes começaram a sentir, intuitivamente ou por pressão social, a necessidade de fazer-se entender de forma clara, a fim de não acarretarem mal-entendidos ou qualquer outro tipo de prejuízo quanto à compreensão do que estavam falando. (ROSSONI, 2009, p. 12)

Um fato a se destacar, no Brasil, foi descrito por Jordão (2008) na revista *Isto É* quando relatado o caso do Ministério do Turismo que criou o termo “melhor idade” depois que a expressão “terceira idade” foi registrada por outrem e eles perderam o direito de utilizá-la em propagandas. Também Jordão (2008) afirma que grande parte dos termos brasileiros são inspirados nos Estados Unidos, mas obviamente, há os que também nascem no Brasil.

Como exemplo, apresenta-se uma cantiga de roda que sofreu a influência do *politicamente correto*, agora divulgada em escolas e instituições infantis da seguinte forma:

Sem o politicamente correto: Atirei o pau no gato/ mas o gato não morreu/ Dona Chica/ Admirou-se/ Do berro/ Que o gato deu

Com o politicamente correto: Não atire o pau no gato/ porque isso não se faz/ O gatinho é nosso amigo/ Não devemos maltratar os animais

Em âmbito mundial, várias histórias sofreram a reescrita sob o *politicamente correto*, como a história de Chapeuzinho Vermelho reescrita por James F. Garner em 1994 revelando que o discurso do *politicamente correto* está inserido em outras esferas de produção e “(...) portanto, numa outra formação discursiva.” (BONOTTO, 2000, p. 155)

Na nova história, Garner apresenta passagens como “Seus gritos foram ouvidos por um lenhador (ou técnico de lenha para combustível, como ele preferia ser chamado) que ia passando” (BONOTTO, 2000, p. 159). Nesse caso se comprova que também na esfera da produção, o movimento encontrou inúmeros adeptos que poderão mudar os novos formatos de produção, tentando influenciar novos escritores a adentrarem na era do *politicamente correto*.

A autora relembra que, em um momento extremo, James F. Garner considera obrigação dos autores contemporâneos em repensar e atualizar essas histórias consideradas clássicas e afirma que o tratamento nas histórias é a nova moralização do vocabulário, onde moralizar significa “em última instância, moralizar o seu

sentido, ou seja, dar-lhe o sentido de uma nova moral.” (BONOTTO, 2000, p. 156-157)

Porém Ribeiro (2000, p.31) alerta que o movimento do *politicamente correto* constitui a *ponta de um iceberg* formado por movimentos sociais organizados na defesa de direitos humanos, principalmente os de minoria. Mas existe quase que uma unanimidade quanto ao fato de que não se pode aceitar: que a intenção de ser *politicamente correto* venha a interferir na liberdade de expressão.

Até a própria expressão *politicamente correto* está sofrendo mudanças, pois já tem se observado o uso de expressões como *culturalmente sensível* ou *apropriamente inclusivo* como sugere o The Official Politically Correct Dictionary and Handbook. (ROSSONI, 2009, p. 23)

Completando, Woodward (2008, p.14) traz que “a marcação simbólica (grifo nosso) é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.” E constata também que é por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais.

É, portanto, muito complexo falar em “correto” e “incorreto”, pois o que existem são expressões mais ou menos adequadas para um determinado contexto.

Essa é a grande dificuldade que os sistemas de informação e seus profissionais enfrentam. Cada profissional traz consigo seus princípios e valores, através de suas experiências, seus traços discriminatórios e cultura, e sendo ele o responsável em selecionar quem ou o que é excluído ou incluído, evidencia-se, portanto, que as linguagens documentais sempre irão carregar ideologias e preconceitos.

Existem dezenas de dicionários em diversas línguas que pretendem explicar os termos refutados e os termos apropriados dentro da concepção do movimento, dando soluções mais *politicamente corretas*. Um exemplo bastante importante é o de Beard e Cerf (1994).

Esse dicionário foi dividido em quatro partes, em que, de forma sutilmente irônica, os autores propõem que, a cada página lida, aconteça uma reeducação: 1) conceitos com que não se está familiarizado; 2) combinação de enciclopédia com dicionário bilíngüe (procurar termos obsoletos e ofensivos e substituí-los por equivalentes atualizados e irrepreensíveis); 3) exploração dos principais

pensamentos, costumes e crenças que corromperam a nossa cultura; 4) correção linguística dos maiores líderes políticos, militares e do mundo dos negócios.

No Brasil, a tentativa mais conhecida de se elaborar algum tipo de dicionário ou guia aconteceu em 2004, quando o Governo Federal lançou a Cartilha do *politicamente correto*, apenas levantando a discussão, em nível superficial, com conceitos e expressões pejorativas das mais variadas temáticas (principalmente as *ditas minorias*) sendo apresentados de forma a despertar o interesse da sociedade e mostrar a expressão “correta” a se falar.

A título de exemplificação, tomam-se como exemplos algumas das expressões relacionadas à temática homossexual que estão arroladas nessa cartilha e que foram transcritas aqui da forma como constam no documento:

Baitola – Palavra de origem nordestina que, junto com “bicha”, “boiola” e outras é utilizada para depreciar os homossexuais. Em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo, utilize as seguintes identificações: gay – para homens e mulheres; entendido (a) – para homens e mulheres; lésbica – para mulheres; travesti e transsexual– para transgêneros; bissexuais – para homens e mulheres.

Gilete – Expressão depreciativa das pessoas cuja orientação sexual é dirigida a homens como a mulheres. O termo adequado é bissexual.

Sapatão – Expressão usada para discriminar as lésbicas, as mulheres homossexuais. “Entendidas” e “lésbicas” são termos adequados.

Traveco – Expressão usada para discriminar os travestis. Tratamentos respeitosos são travestis ou transexuais.

Veado – Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As expressões adequadas são gay, entendido, homossexual. (QUEIROZ, 2004)

Percebe-se que, em determinadas expressões ou palavras, a cartilha sugere alguns eufemismos, sem apresentar como se chegou a tal conceituação. Como já afirmava Halmari (2011, p. 828, tradução nossa¹³), os seres humanos sempre recorreram a eufemismos, expressões vagas e indiretas, em sua busca para evitar e

¹³ Do original: “Humans have always resorted to euphemisms, vague and indirect expressions, in their quest to avoid and camouflage life’s harsh realities. In euphemistic use of language, one expression is replaced by another.” (HALMARI, 2011)

camuflar as realidades duras da vida. No uso eufemístico da linguagem, uma expressão é substituída por outra.

Apesar dos exemplos dados acima serem da temática proposta neste estudo, a cartilha apresenta poucas indicações de expressões pejorativas no que tange à temática homossexual. Dezenas de outras expressões representativas do universo homossexual foram esquecidas, como por exemplo, bicha, gazela, frutinha, frango (para jovens homossexuais). Com isso percebe-se que naquele momento o governo não estava preparado para lidar com todas as questões relacionadas ao movimento do *politicamente correto*, quem diria trazer as discussões apropriadas com linguistas, semióticos, grupos sociais (as chamadas minorias), enfim todos os atores sociais envolvidos nesse processo.

Também vale retomar o já dito, ou seja, apenas mudar a terminologia não irá diminuir os preconceitos, mas simplesmente iniciar um processo de consciência para resolver as questões, e como destaca Bonotto (2000, p. 158), corrigindo um modo de dizer apenas se mascara o sentido velho com uma roupagem nova: “Ou seja, o que se condena não é exatamente o preconceito em si, mas a *forma preconceituosa* de dizê-lo. Em outras palavras, o preconceito continua existindo, mas fica proibido expressá-lo”.

Tendo em vista os termos levantados anteriormente, entende-se necessária uma abordagem específica para um dos grupos “escolhidos” pelo movimento do *politicamente correto*, neste caso, os homossexuais para que os instrumentos de indexação possam estar mais condizentes a realidade e trabalhando na diminuição de preconceitos e discriminações.

Por isso, as discussões devem ocorrer de uma maneira mais sistematizada e especializada nos vários focos expostos neste trabalho, pois não será somente por meio do uso dos eufemismos que os integrantes do movimento do *politicamente correto*, os linguistas e os pesquisadores da Ciência da Informação encontrarão a resolução dos problemas para os equívocos na representação da informação, tais como os problemas de linguagens documentais utilizadas em unidades de informação, imbuídas de traços discriminatórios.

Como já esperado, a cartilha foi mal recebida por muitas pessoas da sociedade, como o escritor João Ubaldo Ribeiro que questionou se a cartilha não seria o primeiro passo para instituir uma nova língua e baixar normas sobre as

palavras que devemos usar, o que refletiria uma característica de uma era autoritária (RIBEIRO, 2005).

Os criadores da cartilha a defenderam dizendo que o objetivo era apenas tirar de circulação termos que são discriminatórios contra negros, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência física e outros grupos sociais. Após muitos protestos e críticas, ela foi retirada de circulação, em 2005.

O lançamento e a meteórica retirada da cartilha evidenciam que as discussões devem ocorrer em outro âmbito: de como a representação desses conceitos está ocorrendo na sociedade, em que a formulação de estereótipos está contribuindo para o aumento de preconceitos e como inserir mudanças na sociedade para que os termos advindos dessa temática possam ser mais respeitosos e entendidos de forma coerente com a sociedade moderna.

Em 2005, o jornalista americano Andrew Downie, correspondente no Brasil de revistas como *Time*, *Christian Science Monitor*, *Monocle* e *The New York Times*, relatou as mudanças na linguagem e a presença do *politicamente correto*, justamente comentando sobre a cartilha do Governo Federal e os 96 termos ofensivos apresentados nela. No artigo, ele mostrou as diferenças mais perceptíveis entre Brasil e Estados Unidos, berço do movimento, retomando o fato de que, nos Estados Unidos, as minorias têm travado longas batalhas para assumir o controle da linguagem utilizada. Assim, os grupos indígenas rejeitaram o termo "índios", preferiram ser designados com os nomes das suas tribos e o termo "Afro-americano" substituiu o negro e de cor. Em relação às pessoas com algum tipo de deficiência, essas entenderam o termo "deficiente" como ofensivo.

Mas quando se refere ao Brasil, afirma o autor que o *lobby* negro no país, onde 45% dos brasileiros se dizem ao menos de *pele escura*, não tem o peso político de ditar quais palavras são inaceitáveis.

Downie (1995) comenta sobre os problemas enfrentados pela cartilha, mas também traz a opinião de Ivanir dos Santos, um dos grandes líderes negros do Rio de Janeiro: "as pessoas tentaram desqualificar [o documento], porque ele toca em palavras que são racistas e que são usados como uma coisa natural" e completa "uma das principais características do racismo brasileiro é que nós não falamos sobre isso. Retirá-la é um erro". Assim, para o líder do movimento negro, um assunto que deve ser debatido a sério foi, mais uma vez, enterrado.

Disso, pode-se entender que os grupos marginalizados querem mais discussões e iniciativas, pelo menos a fim de iniciar um processo de conscientização da sociedade acerca dos preconceitos e das formas que se manifestam entre as pessoas.

Downie traz também uma fala de Thomas Stephens, autor de *Dictionary of Latin American Racial and Ethnic Terminology*:

Se você usar determinada palavra, em público, nos Estados Unidos, seguramente vai perder seu emprego. Mas no Brasil ninguém tem feito um esforço concentrado para remover essas palavras da língua.¹⁴ (DOWNIE, 1995, tradução nossa)

Downie (1995) aponta ainda a declaração do então Secretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Brasil, Douglas Souza: "O racismo no Brasil existe, embora escondido nas relações interpessoais (...). Não há leis racistas, mas há uma cultura de racismo e os instrumentos do racismo aqui são as palavras" (DOWNIE, 1995, tradução nossa).¹⁵

O mais novo acontecimento que marca o discurso do *politicamente correto* aconteceu há pouco menos de um mês quando o Procurador da República Cleber Eustáquio Neves, do Ministério Público Federal de Uberlândia-MG, tentou ajuizar uma ação civil pública pedindo a remoção, das livrarias, do dicionário Houaiss (Ed. Objetiva), o mais completo do país, com 228.500 verbetes.

De acordo com BARRUCHO (2012, p. 94), isso aconteceu porque existem duas definições da palavra "cigano", mesmo que devidamente registradas no dicionário como sendo de uso pejorativo, que ofendeu a um determinado grupo e, por isso, deveriam ser banidas do dicionário. O termo foi definido como "aquele que trapaceia, velhaco, burlador" e "aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro, agiota, sovina".

¹⁴ Original: If you use the N-word in public in the United States, you will lose your job, there's no question about it. It is unacceptable," says Thomas Stephens, author of "The Dictionary of Latin American Racial and Ethnic Terminology." "But in Brazil nobody has made a concerted effort to remove these words from the language. Brazil has never corrected itself like the United States has. (DOWNIE, 1995)

¹⁵ Original: But perhaps the clearest example is found in conversations, says Douglas Souza, assistant secretary for the government's Promotion of Racial Equality Policies. "Racism in Brazil exists though hidden interpersonal relationships," Mr. Souza says. "There are no racist laws, but there is a culture of racism and the instruments of that racism here are words."

Barrucho (2012, p. 94) salienta que pode incorrer em preconceito quem utiliza a palavra “cigano” nas acepções descritas anteriormente, mas incorre em um desvio muito pior quem propõe censurar esses registros por seu potencial ofensivo.

Na mesma reportagem, Evanildo Bechara, membro da Comissão de Lexicógrafos da Academia Brasileira de Letras declara que “quem pede a suspensão de uma obra por ela conter um termo considerado discriminatório está assassinando a cultura brasileira que, a cada dia, é *torpedeada* por novas empreitadas da patrulha do politicamente correto”. E Bechara completa que o dicionário tem a função de ser o espelho vivo da língua, o repertório da memória cultural e histórica do idioma. (BARRUCHO, 2012, p.95).

Contudo Breno Lerner, superintendente da Editora Melhoramentos, responsável pelo dicionário *Michaelis*, mesmo sendo contrário a intervenção, declara:

À medida que a sociedade se torna mais politicamente correta, cabe ao dicionário retratar isso com o maior rigor possível. É como a fotografia de uma paisagem – se a paisagem muda, é nosso dever fazer um novo retrato, com a maior exatidão. (BARRUCHO, 2012, p.95)

Por outro lado, Lya Luft (2012, p. 22), adverte:

Ora, para tentar um empreendimento desse vulto, como suspender um dicionário de tal peso e envergadura, seria preciso um profundo e preciso conhecimento de linguística, de lexicografia, uma formação sólida sobre o que são dicionários e como são feitos. O dicionarista não inventa, não acusa nem elogia, deve ser imparcial – porque é apenas alguém que registra os fatos da língua, normalmente da língua-padrão, embora haja dicionários de dialetos, de gírias, de termos técnicos, etc. Então, se no verbete ‘cigano’ Houaiss colocou também os modos pejorativos como a palavra é ou foi empregada, criticá-lo por isso é uma tolice sem tamanho, que, se não cuidarmos atingirá outros termos em outros dicionários, como esse olhar rancoroso. (...) Ou, numa mistura maligna de arrogância e ignorância – talvez simplesmente porque não temos nada melhor a fazer, vamos deletar as palavras que nos incomodam, os costumes que nos irritam, as pessoas que nos atrapalham e, quem sabe, iniciar uma campanha de queima de livros.

Como se pode perceber, o movimento do *politicamente correto* iniciou seu processo na sociedade brasileira como reflexo de uma tendência mundial, ainda que sofrendo críticas relativas a uma certa artificialidade que imprime aos termos, muitas vezes não respeitando o curso histórico da língua. Com isso, acreditam-se que

novas discussões, como neste trabalho (e com elas tentativas de evitar preconceitos), possam contribuir na melhoria da vida social das chamadas *minorias*, entre elas, os homossexuais.

É claro que simplesmente mudar uma terminologia anteriormente adotada por outra mais atualmente aceita por determinada minoria, sem discutir as questões que envolvem o problema em si, não irão resolver os preconceitos da sociedade, mas como o próprio movimento acredita, pode sim levantar a discussão em algumas esferas e colaborar para a diminuição principalmente de traços preconceituosos e discriminatórios.

O que não pode ocorrer é simplesmente que determinado termo seja “purificado” de forma autoritária pelo movimento do *politicamente correto* sem discussões ou quando casos extremos como o da retirada dos dicionários tome proporções populares, já que a liberdade de expressão é um dos grandes direitos adquiridos pela sociedade brasileira.

4 A TEMÁTICA DA HOMOSSEXUALIDADE SOB O OLHAR HISTÓRICO, SOCIAL E INFORMACIONAL

Observa-se que o Brasil aumentou suas discussões em relação à questão homossexual em contraponto com países como Afeganistão e Irã, que possuem a pena de morte para homossexuais, mas ainda caminhamos a passos lentos sobre a questão do preconceito e dos direitos dos homossexuais.

Essa evolução, ainda que lenta em alguns aspectos, se deve, em grande parte, à esfera jurídica, que tem se posicionado a favor dos homossexuais e garantindo os direitos dos mesmos, em juízo, em decisões isoladas (por exemplo, adoção por homossexuais). Mais recentemente, em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em decisão unânime, a união homoafetiva como entidade familiar, conseqüentemente adquirindo todos os direitos de um casal heterossexual. Desse modo, foram equiparadas as relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. Contudo, na questão cultural e social, o país ainda necessita aperfeiçoar-se na educação e respeito pelas diferenças.

Para confirmação de que ainda falta muito na questão social, basta analisarmos uma recente pesquisa do IBOPE (MAIS da metade, 2011) que mostra que 55% das pessoas são contra a união entre homossexuais. Se considerarmos o grande número de crimes, tal como visto na televisão e em jornais, que apontam a homofobia como elemento desencadeador de tal violência, é possível imaginar o grau de intolerância e preconceito que ainda existe contra os homossexuais, especialmente contra *gays* (homossexuais masculinos), já que o lesbianismo parece não causar tanta estranheza aos olhos dos criminosos.

O estudo do IBOPE também identifica que as pessoas menos incomodadas com o tema são as mulheres, os mais jovens, os mais escolarizados e as classes mais altas. Pode-se inferir disso que a questão da educação é um meio importante de vencer preconceitos.

A pesquisa ainda revela que, apesar de a maioria ser contrária à união *gay*, o brasileiro, de modo geral, é tolerante com homossexuais em seu cotidiano. Contudo, isso não se comprova nos dados estatísticos, já que o Brasil é hoje o país que possui o maior número de crimes contra homossexuais como revela o site O GLOBO (2011).

Outro caso que comprova a sociedade preconceituosa em que o Brasil está inserido se refere a uma tentativa de incluir um personagem homossexual nas histórias em quadrinhos “Turma da Mônica”, especificamente na “Turma da Tina”. Em entrevista à revista Isto é (2011), Maurício de Souza conta que a reação foi tão violenta que ele resolveu deixar de lado a ideia e desapareceu com o personagem. Isto se deve, em parte, à grande intolerância que nos cerca a respeito das minorias. É latente a necessidade de aumentar os esforços da sociedade para evitar as tragédias derivadas desse desrespeito humano e se votar, o mais rápido possível, a Lei contra a Homofobia.

Para entender toda a questão que envolve os homossexuais, cabe uma breve introdução sobre os aspectos históricos e sociais da evolução terminológica dessa “minoria”.

O termo GLS surgiu para designar gays, lésbicas e simpatizantes e depois se transformou em GLBTS (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e simpatizantes).

Com a necessidade de maior visibilidade e sensibilidade aos seus problemas e não se reconhecendo no termo homossexual, as lésbicas, que preferem assim serem denominadas, inseriram a letra L na inicial da sigla que, assim ficou denominada LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis).

Os travestis também não se reconheceram em nenhum dos dois termos, ou seja, homossexual e lésbica, uma vez que cada segmento tem suas próprias percepções de si mesmo.

A evolução do termo continuou e chegou-se à sigla LGBTTTs, acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (o 's' se refere aos simpatizantes) e mais recentemente, à sigla LGBTTIS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Intersexuais e Simpatizantes) ainda que a sigla LGBT siga sendo, popularmente, a mais utilizada.

De acordo com o glossário seletivo de termos criado por Greenblatt (2011), os transgêneros são conceituados como pessoas que decorrem do gênero "transgredir", sendo utilizado como termo guarda-chuva, aplicado a pessoas cujo comportamento de gênero, expressão ou identidade não conformam com o sexo com que foram designadas ao nascimento. O termo transgênero é aplicado a um gama de pessoas de variados gêneros. Há algum desacordo em relação à amplitude de inclusão do termo, pois, às vezes, as pessoas intersexuais são incluídas sob

esse guarda-chuva, enquanto os transexuais não. Como exemplos de transgênero temos os transformistas¹⁶, *crossdressers*¹⁷, *drag queens*, *drag kings*¹⁸, dentre outros.

Transexuais é um termo controverso cujas definições variam. Alguns definem o termo no seu sentido mais amplo, para se aplicar a pessoas cujo gênero não está de acordo com o sexo designado no nascimento. Outros o definem mais restritamente, para incluir apenas os indivíduos que estão em processo de transição (física e emocional), para se alinhar (identificar) com o seu gênero ou, ainda, quando a transição já foi realizada.

Os Intersexuais são os que nascem com ambos os genitais, masculino e feminino (órgãos genitais externos parcial ou completamente desenvolvidos), e sistemas internos reprodutivos. Antigamente, eles eram chamados de hermafroditas, um termo atualmente em desuso devido às suas conotações pejorativas. Um novo termo controverso surgiu para condições intersexuais, que são as perturbações do desenvolvimento sexual. No entanto, a ambiguidade física das pessoas intersexuais pode não se fixar pelo aspecto visual dos genitais, podendo incluir outras características do dimorfismo sexual como aspecto da face, voz, membros e forma de outras partes do corpo e também presença de caracteres a mais, como terceiro e quarto mamilo.

Ao “S” de simpatizantes poder-se-ia acrescentar ainda a letra “A” de aliados ou a letra “Q” de *Queer*¹⁹, que ainda está se popularizando no Brasil, mas é bastante utilizada em alguns países e por alguns grupos do movimento homossexual.

Complementando, Ribeiro (2010, p. 25) afirma que o principal alvo político dos estudos Queer não seria dirigir o foco para desvendar preconceitos e discriminações contra os homossexuais, mas sim, orientar os esforços para “identificar através de que mecanismos e estratégias instalam-se a imposição da

¹⁶ Transformista é uma pessoa que veste roupas usualmente próprias do sexo oposto com intuítos essencialmente comerciais, sem que tal atitude interfira necessariamente em sua orientação sexual.

¹⁷ Homem que se veste com roupas de mulher, mas não é necessariamente homossexual.

¹⁸ Drag queens ou Drag kings são artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito de ser um profissional artístico. Chama-se *drag queen* o homem que se veste com roupas exageradas femininas estilizadas, e *drag king* a mulher que se veste como homem. A transformação em drag queen (ou king) geralmente envolve, por parte do artista, a criação de um personagem caracteristicamente cômico e/ou exagerado.

¹⁹ Em relação ao conceito da teoria Queer, Spargo citado por Ribeiro (2010, p. 17) define: “ O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras da representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes e música e imagens; análise das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos.

heterossexualidade como categoria central, valorizada, em torno da qual são organizadas as práticas sociais e as relações entre as pessoas”.

Assim, a teoria *Queer* e Blikstein (1985) parecem convergir sobre a importância da práxis, como elemento fundamental nesta construção de identidades.

Sanches (2009, p.22) nos traz uma classificação evolutiva apresentada por Rios²⁰ sobre quatro visões estabelecidas sobre a homossexualidade:

- a) *A homossexualidade como pecado*: sexo visto como conduta moralmente reprovável e no religioso, os prazeres sexuais como uma transgressão das leis divinas, já que o sexo é apenas para procriação. Ainda hoje as igrejas cristãs condenam a homossexualidade.
- b) *A homossexualidade como doença*: apesar da homossexualidade já ter sido retirada do código de classificação de doenças mentais, existe ainda a tentativa de "cura". A homossexualidade é o antônimo de heterossexualidade, modelo de saúde. As teorias explicaram a homossexualidade na hereditariedade, defeitos congênitos e desequilíbrios hormonais.
- c) *A homossexualidade como critério neutro de diferenciação*: consciência coletiva, permitindo ser reconhecidos como grupo social. Apareceram as organizações de movimentos sociais e suas reivindicações se tornaram mais sistemáticas.
- d) *A homossexualidade como construção social*: institucionalização de papéis num contexto histórico e cultural com a identificação de alguém ou a qualificação de seus atos sob uma orientação sexual.

Essa divisão apenas possibilita a compreensão tanto histórica, quanto dos vários pontos de vistas existentes²¹.

Partindo-se dessas visões, pode-se perceber que a sociedade utiliza “como base alguns mecanismos de controle tais como: o Estado, a Igreja, a Família, a Escola, a Biblioteca e os Meios de Comunicação” (VIEIRA JÚNIOR, 2005, p.11) assegurando a sua normalidade. Também vale reforçar a diferenciação entre ética e moral, que estão muito atrelados à questão em si,

²⁰ RIOS, R.R. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual**: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

²¹ Para maior detalhamento do aspecto histórico e contemporâneo da homossexualidade e também da teoria *Queer*, é interessante observar o estudo de Pinho (2010) em seu capítulo 2.

[...] a ética não estabelece regras (e não confunde com a moral) mas questiona o fundamento dessas regras a partir de uma concepção de homem determinada. Assim, se estabelece a diferença entre ética e moral: enquanto a primeira reflete sobre os fundamentos e princípios da vida moral, a moral estabelece regras do que é considerado boa conduta, dentro de um tempo histórico e de uma cultura determinada. (MARTINS, 1994, p. 3)

Conforme Ribeiro (2010, p. 7), existem duas correntes acerca da sexualidade e suas manifestações. A primeira é o Modelo Essencialista, que interpreta a sexualidade enquanto um impulso, um instinto, determinado biologicamente, que seguindo seu curso “natural” culminará no terreno da prática sexual heterossexual. Os defensores desse modelo são Freud, Reich, Ellis, Krafft-Ebing e outros. A segunda é o Construcionismo Social, que compreende a sexualidade em suas diferentes condutas e significações como fruto de aprendizagem e determinado por influências históricas e socioculturais. Seus defensores são: Foucault, Vance, Weeks, Butler, Sedgwick e outros.

Na época da revolução sexual (entre as décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos e, no Brasil, na década de 80) a busca pelos direitos se intensificou, fazendo com que o movimento tomasse corpo e fosse reconhecido, priorizando, evidentemente, a diminuição de preconceitos, como demonstra o fato de a Organização Mundial da Saúde (OMS) haver indicado a orientação sexual no capítulo “Dos sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais”.

A nomenclatura também sofreu alterações pois, do Homossexualismo, (cujo sufixo que designa doença) passou-se a Homossexualidade, (cujo sufixo está relacionado à maneira de ser) e, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais.

Os primórdios do movimento homossexual no Brasil foram levantados por Vieira Júnior (2005, p.22) com a fundação, no Rio de Janeiro, do “Jornal Lampião da Esquina” e a criação, em São Paulo, do grupo SOMOS²². Também no Brasil, os homossexuais, a partir de milhares de assinaturas em um abaixo-assinado,

²² Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido como apenas Somos, foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos. Hoje existe o SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade é uma organização da sociedade civil, criada em 10 de dezembro de 2001 por um grupo de profissionais de Direito, Comunicação e Saúde, oriundos de organizações de luta pelos Direitos Humanos (DH) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e de pessoas que vivem com HIV/AIDS. A missão da entidade é trabalhar por uma cultura de respeito às sexualidades através da educação da sociedade e afirmação de direitos. Veja em: <http://somoislgbt.blogspot.com/p/somos-equipes.html>.

conseguem que a classificação de doença (desvio e transtorno sexual) fosse retirada da documentação do Conselho Federal de Medicina.

Em relação à identidade e às questões sociais na temática homossexual e como essa diferenciação se mostra implícita nas relações sociais, Woodward (2008, p.14) destaca “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definido, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.” E completa que “é por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais”. (WOODWARD, 2008, p.14)

O próprio autor, valendo-se de argumentação do sociólogo francês Émile Durkheim, afirma que é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com os sistemas classificatórios que o significado é produzido. (WOODWARD, 2008, p.40). E por isso, “Os sistemas classificatórios são, assim construídos, sempre em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas.” (WOODWARD, 2008, p. 54)

As ponderações de Woodward na área de Sociologia aplicam-se à realidade da Ciência da Informação na medida em que sistemas de classificação como CDD e CDU se construíram nessas diferenças de marcação.

Miranda (2000, p. 82) salienta que “(...) é válido ressaltar que as identidades são contraditórias e que as pessoas participam de várias simultaneamente, em combinações às vezes conflitantes, tais como ser mulher, pobre, homossexual e negra ao mesmo tempo”. E, ainda, existem outras combinações como portadora de necessidades especiais, por exemplo.

Cabe ainda observar que “nas culturas ocidentais existe o preconceito arraigado de que a melhor maneira de compreender a conduta das pessoas socialmente problemáticas é interpretá-la como resultado de algum defeito na origem da pessoa” (RIBEIRO, 2010, p.8)

O movimento do *politicamente correto*, enquanto movimento social, também deve ser considerado e analisado quando da representação da informação em unidades de informação e temática da homossexualidade, já que ele está inserido na esfera social e interfere nos processos éticos dos profissionais que representam as informações advindas de todas as parcelas da população.

Rorty (1994) esclarece que a representação está ligada a sua justificação, sendo sua legitimação sempre temporária, local e variável e que as representações são sempre hipóteses válidas circunstancialmente e justificadas à base de crenças e

convicções particulares, levando a questionar as propostas que se pretendem universais, pois não há como chegar a descrições únicas da realidade.

Lara (2002, p. 27) apresenta um conjunto de características em relação à natureza da representação do conhecimento: *ambivalência* (ocorrem operações de agregação e desagregação e o excesso de regulamentação das linguagens documentárias leva ao enrijecimento das relações comunicativas); *dinamicidade* (os signos são constantemente construídos); *funcionalidade* (apresenta valor temporal e circunstancial); *intencionalidade* (a informação documental conduz à interpretação) e *caráter mediador* (entre a linguagem do sistema e a do usuário).

Dentre as características acima apontadas duas, em especial, tomam importância neste estudo: a intencionalidade e o caráter mediador, os quais devem ser especialmente considerados em sistemas de informação para que não se distanciem do vocabulário utilizado e, também, se aproximem o mais possível do que o usuário utiliza. Em particular, no caso de temáticas relacionadas à *homossexualidade*, deve haver uma mediação coerente e clara entre como os termos estão representados e a forma como usuário e a sociedade como um todo usam a linguagem.

Outro aspecto a se considerar diz respeito a como os homossexuais querem ser representados, como querem se reconhecer nas unidades de informação, pois, às vezes, a linguagem usada pela sociedade não está condizente com o que eles pleiteiam. Nesse caso, o movimento do *politicamente correto* se insere no fazer profissional e altera as percepções éticas desse fazer.

Em síntese, destaca-se todo o aporte teórico na área, mas percebe-se a grande contribuição nos estudos éticos que este trabalho faz refletir sobre como a literatura jurídica pode e tem influenciado os descritores relacionados à *homossexualidade*.

À vista de tais aspectos, esta pesquisa centra-se no processo de representação do conhecimento como atividade em bibliotecas, mais especificamente nas questões ligadas ao tratamento temático de documentos relativos à *homossexualidade*.

Nesse âmbito, considera-se ainda o fato do conhecido fenômeno do *politicamente correto* no tratamento da informação que pode levar a uma indexação mais inclusiva, na medida em que permite que temáticas específicas sejam

representadas em consonância com uma terminologia que efetivamente reflita o contexto das comunidades que as produzem e que delas fazem uso.

De acordo com o estudo de Campbell (2000, p. 122), o problema de proporcionar acesso ao assunto dos documentos tem motivado considerável estudo no campo da Ciência da Informação, tanto por parte de profissionais, que tentam criar e implementar eficientes ferramentas de acesso, como dos teóricos, que tentam articular fundamentos conceituais sobre os quais essas ferramentas trabalham.

Segundo o autor, dois problemas, em particular, têm desafiado a experiência nos últimos anos: a percepção de que a determinação do conteúdo temático de um documento é um processo inerentemente subjetivo, difícil (se não impossível) de ser replicado de um indexador para outro, e a percepção de que os instrumentos que se propõem a fornecer acesso "universal", como a CDD e a Library Congress Subject Headings, fornecem acesso inadequado a grupos marginalizados.

Os termos que aparecem nos citados instrumentos, para representar as comunidades definidas por gênero, raça e orientação sexual são frequentemente inadequados e o uso desses termos em categorias de classificação reflete ideologias e premissas que são arcaicas ou inválidas. Alia-se a isso o fato de essas ferramentas, muitas vezes, não fornecerem as distinções de granulação fina que satisfaçam às necessidades de informação de um membro dessa comunidade.

Como um resultado desses dois problemas, a comunidade de pesquisa em organização do conhecimento tornou-se cética em relação a um dos seus princípios mais fundamentais: o de que um documento tem um conteúdo de assunto inato, que é percebido pelo indexador ou classificador e, em seguida, traduzido para a *língua* do sistema do acesso ao assunto.

Por isso, os teóricos de classificação estão agora se convencendo que significados universais são impossíveis, sendo necessário enfrentar a subjetividade final de suas próprias interpretações. (CAMPBELL, 2000, p.126)

Dessa forma, os impactos da adoção do *politicamente correto* em temáticas relativas às questões da *homossexualidade* e, como consequência, seus reflexos, no fazer da indexação pelo profissional bibliotecário, estão acontecendo gradativamente e sendo cada vez mais necessárias.

A percepção de que esquemas de classificação não são neutros é, de acordo com Campbell (2000, p. 123), particularmente uma boa notícia para as comunidades

de gays e lésbicas, cuja crescente e influência e visibilidade levaram a novas estruturas para fins de pesquisa histórica, social e política.

Admitindo a existência de bases culturais e preconceitos, o olhar da organização do conhecimento inevitavelmente recairá sobre determinadas comunidades e como eles se esforçam para atualizar os esquemas existentes de acesso ao assunto, assim como também a necessidade da criação de novos esquemas.

O resultado, de preferência, será a geração de vocabulários atualizados e pertinentes, categorias de classificação adequadas aos gays, e princípios de organização amigáveis de sites, o que irá colaborar para o enriquecimento do conhecimento. Para Campbell (2000, p. 123) a teoria da Organização do Conhecimento está entrando em uma nova era, altamente politizada.

Em outra vertente, os bibliotecários podem ser agentes de mudanças sociais colaborando para que os homossexuais se enxerguem nas unidades de informação a que estão inseridos e que as representações temáticas dos assuntos pertinentes ao grupo não sejam pejorativas e discriminatórias.

Como exemplo apresenta-se o fato de a American Library Association (ALA) haver financiado a primeira organização de profissionais do movimento gay – a Associação de Força Homossexual das Bibliotecas Americanas. Atualmente, a ALA possui entre diversas *round-tables*²³, a *Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Round Table (GLBTRT)* que tem como compromisso servir às necessidades de informação da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, procurando incentivar fóruns de discussão e ambientes de educação e aprendizagem sobre a comunidade, promovendo a melhoria da qualidade, quantidade e acessibilidade dos materiais de biblioteca. Também procuram eliminar a discriminação no trabalho contra os funcionários dessa categoria em bibliotecas, arquivos e centros de informação e defendem revisão de esquemas de classificação, mediante lista de títulos, índices, a fim de remover termos depreciativos e gerar atividades e contribuições à cultura e trabalham com grupos, fora da ALA, interessados em alcançar a igualdade de direitos.

Pode-se verificar que uma instituição como a ALA possibilita muitas discussões e bons frutos, podemos deduzir o que ocorreria se mais organizações

²³ Mesas redondas. Ver o site <http://www.ala.org/ala/mgrps/rts/glbtrt/index.cfm>.

deste tipo surgissem. O potencial político existente nos profissionais da informação tomaria proporções colossais se todos se engajassem na mesma essência, não importando se a luta seja por pretos, pobres, homossexuais ou qualquer outra das inúmeras *minorias*, lutando por um mundo mais igualitário, justo e sem discriminações.

Associações do porte da ALA ainda são inexistentes na realidade brasileira, em que o movimento associativo vem sofrendo duros golpes nas últimas décadas, com muitas associações profissionais sendo fechadas, como por exemplo, a APB (Associação Paulista de Bibliotecários), que teve seu encerramento no ano de 2005. O engajamento político de vários profissionais (e o bibliotecário também) em defender causas sociais ainda caminha a passos lentos no Brasil se comparado ao grande engajamento de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo.

Ainda persistem, na cultura brasileira, muitos aspectos enraizados que estão fortemente ligados à percepção de como as minorias devem e são tratadas.

Uma importante questão dessa diferença de evolução pode estar na própria trajetória política do país em que, durante o período militar, observou-se um “silenciamento” das manifestações sociais sendo que só com o abrandamento da ditadura, no final dos anos setenta, através da “abertura lenta e gradual” do espaço político é que essas ideias começaram a se manifestar (SILVA, 2004, p. 111).

Assim, após um forte regime de repressão, as pessoas voltaram do exílio e, aliados a uma maior liberdade de expressão, algumas pautas entraram em discussão na sociedade brasileira, com isso os aspectos envolvendo a questão dos homossexuais começaram a ter destaque.

Passadas algumas décadas, ainda surgem tentativas de discussão nesta temática. No Brasil, a pauta está na discussão do denominado Kit Anti-Homofobia, elaborado por entidades de defesa dos direitos humanos e da população LGBT a partir do diagnóstico de que falta material adequado e preparo dos professores para tratar do tema. O preconceito contra alunos homossexuais tem afastado esse público da escola, apontam as entidades. O kit composto por cadernos de orientação aos docentes e vídeos que abordavam a temática do preconceito.

De acordo com socióloga e pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Miriam Abromovay, entrevistada por Amanda Ciegliniski (2011), o recuo do governo diante da pressão da bancada religiosa do Congresso Nacional é um “passo atrás”, pois se avançou muito no debate dos direitos da população LGBT,

e o país teria dado um passo muito grande se o *kit* fosse aprovado e levado às escolas. A socióloga ainda explica que vivemos em uma sociedade homofóbica, e a escola reproduz isso no seu cotidiano. Exemplo disso é o estudo coordenado por ela e divulgado em 2010 indicava que, nas escolas públicas do Distrito Federal, 44% dos estudantes do sexo masculino e 14% do sexo feminino afirmaram que não gostariam de estudar com homossexuais.

A autora conclui que essa discriminação causa um grande sofrimento ao aluno e a escola não pode ficar de fora do debate porque ela é a principal instituição social com a qual crianças e jovens têm contato.

O kit deveria ser distribuído a seis mil escolas, mas começou a enfrentar resistência em alguns setores da sociedade e na bancada dos deputados. Alguns vídeos do kit ainda circulam pela internet, e podem ser encontrados no site <http://entremundos.com.br/revista/kit-contr-a-homofobia-videos/>.

Apesar das críticas, o kit ganhou apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) que lançou seu parecer favorável ao material. Na avaliação da UNESCO, o material iria contribuir para a redução do estigma e da discriminação. Contudo, o kit foi retirado de circulação e o Governo Federal prometeu voltar às discussões em um futuro próximo.

No que tange ao Movimento do *Politicamente Correto*, há uma forte ocorrência do discurso na Esfera Jurídica, como sinalizações acerca dos homossexuais como sujeitos de Direito, observa-se que atualmente as bibliotecas possuem grande penetração na sociedade e os usuários se tornaram altamente informados, cientes de seus direitos e preocupados com a sociedade em geral.

Até mesmo Sedgwick (2007, p. 47) traz a discussão de que ser gay nesse sistema é ficar sob as tutelas dos discursos universalizantes, mas ao mesmo tempo no discurso minoritarizante e que exatamente nesse momento, “pelo menos dentro do discurso do direito, o primeiro deles proíbe o que o último protege.”

Termos encontrados em bibliotecas como *união homossexual*, *casamento homossexual*, *união estável*, *união entre pessoas do mesmo sexo*, entre outros, sofreram constantes alterações condizentes com a nova realidade brasileira. A expressão *união homossexual*, por exemplo, sofreu alterações rapidamente e se transformou em *união homoafetiva* entre os doutrinadores do Direito, pois o “*homoafetivo*” revela também o aspecto do afeto e não apenas o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo.

Não são raros os casos como o da desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias²⁴ (2009) que, na apresentação da 4ª edição do seu livro “Direito homossexual” alterou o título para “*Direito Homoafetivo*” (2009), tendo em vista as muitas reclamações de seus leitores. Tal denominação, por sua vez, passou a ser acolhida em decisões de tribunais superiores, projetos legislativos e a própria sociedade, contribuindo para amenizar posturas preconceituosas.

Ainda no âmbito jurídico, merece menção o fato de expressões como *Direito de Família* agora se alterarem para *Direito das Famílias*, forma encontrada para evidenciar que existem mais de uma forma de família, e que as *uniões homoafetivas* estão compreendidas nesse conceito de entidade familiar. Também o conceito de *companheiros homossexuais*, alterou-se para *companheiros homoafetivos*, entre outros inúmeros exemplos de expressões dessa temática.

Na medida em que cresce a demanda de ações com enfoques na *homossexualidade* será possível construir nova jurisprudência e essa irá forçar o legislador a editar novas leis; o mesmo ocorrerá com a terminologia adotada para toda essa classe temática, o que deverá ser constante preocupação do indexador brasileiro.

Sedgwick (1990), em seu livro *Epistemology of the closet*, traz vários exemplos de como, nos Estados Unidos, muito dessas discussões se iniciaram em tribunais, em busca dos direitos dos homossexuais, seja a partir de demissões ou discriminações em ambientes de trabalho sofridos por eles²⁵.

No Brasil, casos como o do livro *União Homoafetiva* não significa que estamos somente atualizando um termo, ou “modernizando” o conceito; na verdade, toda a evolução do termo começa na própria concepção do assunto que avançou nos âmbitos doutrinários e jurisprudenciais, pelo fato de haver ocorrido mudança de concepção que levou a uma nova terminologia, sustentada na atual sociedade e resultando, portanto, em novos documentos que a refletem, inclusive jurisprudências.

Foi Dias (2009) que introduziu o neologismo “homoafetividade”, em obra pioneira sobre a matéria identificando os vínculos envolvendo pessoas do mesmo

²⁴ Maria Berenice Dias foi a primeira juíza e a primeira Desembargadora do Rio Grande do Sul e criou o primeiro escritório especializado em direito homoafetivo do Brasil.

²⁵ Veja-se, como exemplo, o filme *Philadelphia*, protagonizado por Tom Hanks.

sexo, mas não visando excluir a palavra homossexual que sinaliza as pessoas com identidade sexual.

Também Dias juntamente com a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elaborou o anteprojeto “Estatuto da Diversidade Sexual” (2011), uma lei tal como existe o estatuto do idoso e da igualdade racial, define-se uma legislação específica para assegurar direitos à população LGBT que está tramitando junto ao Conselho Federal da OAB e que será encaminhado ao Senado Federal e posteriormente ao Congresso Nacional.

Além do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o Estatuto estende o direito ao casamento civil, à adoção de filhos, à reprodução assistida por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), à hormonoterapia e cirurgia de adequação do aparelho sexual à identidade de gênero (troca de sexo) também pelo SUS, e à troca do nome em documentos e registros públicos.

O Estatuto prevê também a criação de delegacias especializadas para o atendimento de denúncias por preconceito sexual contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, com atendimento privado para exames durante o alistamento militar e assegura a visita íntima em presídios para companheiros ou companheiras.

É notório que, no universo dos comportamentos, os defensores do *politicamente correto* dirigem sua reivindicação mais para a esfera do direito no que tange à regulação das interações entre os indivíduos (Semprini, 1999, p. 75). Nos Estados Unidos, isso já acontece e, no Brasil, também está se mostrando cada vez mais perceptível à sociedade.

Conforme observa Semprini (1999, p. 76), “a penetração (a presença) do discurso jurídico na esfera privada e nos julgamentos morais dos indivíduos representa um dos fenômenos mais importantes ligados ao ‘pc’.”

O ‘pc’, prenhe de preocupações igualitárias e lançando-se a uma missão moralizadora, parece ter encontrado no discurso jurídico – e mais fundamentalmente na lógica do direito – uma arma poderosa para a realização de seu programa. (SEMPRINI, 1999, p. 78-79).

Assim, “a impossibilidade de negociar um distanciamento adequado com o outro com base no ‘bom senso’ ou ‘espontaneidade’ explica o recurso ao direito como um apelo a um mediador externo” (SEMPRINI, 1999, p. 78).

Em relação à questão do discurso jurídico que está fornecendo ferramentas importantes de consolidação ao movimento, é importante entender suas nuances e como isso está se formando, especialmente na realidade brasileira.

Referindo-se ao papel criador do Direito desempenhado pela jurisprudência, em um momento em que a estrutura legal está ainda em descompasso com a realidade social dessa área de estudos, destaca Dias (2011) que “é a jurisprudência a mais importante ferramenta para assegurar a homossexuais e transexuais o exercício de cidadania”. Nesse sentido, e considerando a “enorme dificuldade de acesso aos julgados que sinalizam os progressos que o direito à livre orientação sexual vem alcançando na Justiça”, a autora destaca a importância de se criar uma rede de informações a esse respeito.

Percebe-se, assim, que os operadores do direito²⁶ estão sendo, de alguma forma, aplicadores do movimento do *politicamente correto*.

E enquanto projetos como o da criminalização da homofobia não são aprovados, ainda temos um vasto caminho a percorrer e inúmeras ações a serem feitas para brotarem novas conquistas. Até mesmo a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) criou as Comissões da Diversidade Sexual espalhadas por todo o país, em vários estados e subseções, inclusive com a missão de qualificar os advogados, que, por conseguinte e paralelamente estão se mobilizando e criando grupos de trabalho. A Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB foi aprovada em 22 de março de 2011 e a nomeação aconteceu em 15 de abril do mesmo ano, cujo presidente é a própria Maria Berenice Dias.

²⁶ Consideram-se como operadores do direito, os advogados, juízes, promotores de justiça, delegados de polícia, entre outros.

5 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM TEMÁTICAS LIGADAS AO POLITICAMENTE CORRETO FACE À HOMOSSEXUALIDADE NA LITERATURA CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2000-2011)

Pode-se dizer que a missão central de bibliotecas, centros ou unidades de informação consiste em possibilitar ao seu usuário o acesso a toda e qualquer informação. Para tanto, os profissionais da informação utilizam-se de vários instrumentos para representar o conhecimento existente, tais como os tesauros, listas de cabeçalhos de assunto e sistemas de classificação.

Isso leva a considerar a dimensão social imbuída nesse processo pois, como destaca Milani (2010, p. 116), os instrumentos utilizados, os produtos gerados e o próprio contexto do profissional, têm influência direta nesse processo, que não é neutro.

É de extrema importância que o profissional da informação, especialmente o bibliotecário-indexador, esteja atento às necessidades de informação de seus usuários e, como consequência, se preocupe em verificar se tanto a linguagem natural do documento, quanto a linguagem do usuário estão refletidas na representação via linguagem documental, ocorrida na indexação. Isso pode ocorrer tanto por meio de canais abertos (como sugestões ou reclamações do próprio usuário) como a partir de uma pesquisa planejada: o estudo de usuários.

Nesse sentido, Olson (2002, p. 6) ressalta que o ato de *nomear* a informação vai além da simples representação da informação, pois constitui a construção de nova informação. A seleção dos conceitos a serem nomeados define os limites do sistema, suas inclusões e exclusões. A seleção de termos para esses conceitos, muitas vezes apresenta distorções gritantes ou, mais comumente, sutis marginalizações.

Kobashi (2007) completa que o conhecimento e suas representações se expressam pela linguagem e que a criação de linguagens para operar em contextos de produção e de busca de informação é parte constitutiva da preocupação com a funcionalidade dos sistemas de informação.

A análise e a construção dessas linguagens comportam, certamente, inúmeras abordagens, segundo as perspectivas políticas, ideológicas, teóricas e

metodológicas adotadas. Kobashi (2007) também salienta que a incorporação da linguagem do usuário aos sistemas de informação é um fato recente e auspicioso e que estes são sistemas abertos, sujeitos a permanente desequilíbrio. O paradoxo de um sistema é continuar operante, mantendo sua condição de sistema, na tensão que se estabelece nos processos de troca contínua de informação com o exterior. Essas relações com o que é externo determinam a necessidade de controles para que se possa continuar a falar em sistema.

Com isso, entende-se que os documentos se expressam por meio da linguagem, assim como os usuários, em suas buscas, e os bibliotecários-indexadores, quando utilizam os instrumentos de indexação.

Nesse âmbito, é importante destacar a pesquisa de Pinho (2010), de considerável relevância para esta dissertação, em que se identificou a máxima especificidade terminológica que as linguagens de indexação brasileiras permitem para termos relativos à homossexualidade masculina.

Em sua conclusão, dentre os aspectos verificados como imprecisão terminológica e representação inadequada da temática, apareceram indícios de preconceitos disseminados por meio do *politicamente correto*. O autor reforça, também, que a homossexualidade foi tratada pela sociedade de forma periférica e por vezes, como desvio moral, como uma visão heterossexista que interfere através do viés do politicamente correto, uma vez que homossexual possui caráter ortofêmico” (PINHO, 2010, p.138).

A pesquisa de Pinho (2010, p. 139) destacou cinco momentos durante a comparação de alguns termos como *circle jerk*, *top* e *bottom*²⁷ com as linguagens de indexação brasileiras. O primeiro refere-se à adequação dos termos ao contexto brasileiro que encontraram uma aproximação de significados.

O segundo, especificamente, mais pertinente a esta pesquisa, mostra a falta de precisão com que os termos são usados, em que, em alguns casos, a interferência do *politicamente correto* demonstra indícios de preconceitos. O autor reforça o momento afirmando que o *politicamente correto* é fruto de forças e tensões e, por isso, possibilita diversas reflexões.

²⁷ De acordo com o autor, esses termos não foram encontrados no corpus da pesquisa, foram detectados na literatura onde os demais foram confirmados, onde no primeiro não se encontra outro equivalente à Língua Portuguesa e os demais significam respectivamente, ativo e passivo, enquanto eufemismos para os papéis sexuais desempenhados pelos parceiros. *Circle jerk* designa uma categoria específica de satisfação do desejo sexual, onde o foco se volta para a masturbação coletiva. (PINHO, 2010, p. 139)

No terceiro momento, apontou que as linguagens de indexação brasileiras representam-se de forma inadequada e, por vezes, imprecisa. No quarto momento, tem-se a presença de figuras de linguagem subjacentes à comunidade discursiva, que não encontram respaldo nas linguagens de indexação analisadas, e, por último, em um quinto momento, verificou-se a presença de termos, que são figuras de linguagem, representando categorias dentro da própria temática analisada.

Pinho (2010, p. 119) conclui dizendo que quando esse vocábulo passa pela literatura científica e, conseqüentemente, para uma linguagem de indexação, a partir da garantia literária, sofre a influência do *politicamente correto*.

As atividades de organização e difusão da informação não se baseiam em verbalizações mas, sim, em uma elaboração de sequências organizadas em linguagem construída, com o intuito de solucionar problemas vinculados aos processos simbólicos que proporcionam o encontro informação – usuário (TÁLAMO; LARA, 2006).

Para Maimone e Tálamo (2011) infere-se que tanto a terminologia como a linguística contribuem, de modo significativo, para organização e representação da informação documental, uma vez que a primeira contribui metodologicamente nas relações *conceito-termo*, *termo-conceito* e *sistemas de conceitos* e, a segunda, auxilia nos modos de “*estruturação*” das linguagens documentais em relação às definições e à organização dos elementos linguísticos na referida estrutura.

Autores como Buckland (1991) e Frohmann (2006) atentam para a questão da materialidade como pressuposto para a existência da informação em um sistema. O segundo autor, mais especificamente, refere-se ao fato de que a existência de categorias de representação em unidades de informação pressupõe, obviamente, a existência de um lastro documental a esse respeito, (reiterando as ideias de garantia literária de Hulme, no início do século XX). Nesse sentido, Frohmann (2006) exemplifica, especificamente, com a temática da homossexualidade que somente passou a existir como tal enquanto objeto de representação no século XX, quando foi possível a existência de documentação a tal respeito.

O autor questiona se não existiam pessoas que sentissem prazer com atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo antes do século 19. Certamente que sim. O que não havia era um corpo de enunciados que tivesse uma vida documentária institucional numa rede de instituições interligadas, tal que a categoria

homossexual pudesse ganhar massa e peso de identidades específicas ou meios específicos de existirem como pessoa.

Os termos definidos em sistemas de informação sofrem constantes mudanças devido às variadas necessidades e à própria dinâmica da sociedade, e, para isso, é necessário atenção quanto aos termos propostos pelo indexador.

Em que pese à crescente preocupação da área de organização do conhecimento relativamente aos aspectos sociais (aqui incluídos os aspectos éticos) nela envolvidos (LOPEZ-HUERTAS, 2008), observa-se ainda uma incipiente abordagem das questões de representação ligadas especificamente às temáticas da homossexualidade (GREENBLATT, 1990, 2011; BERMAN, 1993; OLSON, 2002; GUIMARÃES, 2006; PINHO, 2006; JOHNSON, 2007), mas nada que especificamente aborde até que ponto a literatura jurídica tem influenciado o estabelecimento de descritores relacionados à *homossexualidade*.

Desse modo, necessário se torna, a partir da realidade brasileira (visto haver seara fértil nesse sentido, como já anteriormente mencionado) identificar como o universo jurídico vem abordando a questão e quais impactos acarretam especificamente ao indexador brasileiro.

As *biases* na representação temática causam ruídos na recuperação da informação, criando, portanto marginalização e preconceitos, prejudicando seriamente a confiança do sistema de informação.

Olson (2002) já destacou instâncias de marginalização e exclusão como mulheres, estrangeiros, homossexuais, raças, entre outros e a influência que as listas de cabeçalhos e a Classificação Decimal de Dewey podem ter contribuído para essa marginalização, na medida em que esses indivíduos são categorizados de forma a não valorizar seu contexto social, suas individualidades e preconceitos embutidos nas linguagens documentais.

A autora especifica três problemas em relação a grupos marginalizados: primeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca algumas vezes resulta em uma representação de assunto sob *biases*; segundo, tentativas de objetividade podem resultar em tratamento igualitário quando o que é exigido é um tratamento equitativo para acomodar as diferenças; e terceiro, que padrões homogeneízam os resultados da catalogação e, então, impõem uma linguagem universal em diversos contextos” (OLSON, 2002, p.9).

Greenblatt (1990, p. 18) relata que o termo *homossexualidade* se tornou um assunto autorizado nos cabeçalhos de assunto da Library of Congress apenas em 1946. Até essa data, o conceito de *homossexualidade* era submetido ao cabeçalho "perversion sexual".²⁸ Não podemos ignorar o quanto termos como esse carregam em sua história um conjunto de preconceitos, inclusive nos sistemas de informação.

Na pesquisa de Christensen (2008), o autor retoma o trabalho de Greenblatt (1990), para ver o que tem sido feito nas últimas duas décadas, em seguida, usa seu estudo como um modelo para examinar a terminologia gay e lésbica relacionada com a LCC (Library Congress Classification System). Também apresenta as objeções à Greenblatt (1990), uma tensão definida na pesquisa de Sedgwick (1990) e mais tarde Campbell (2000): entre uma "visão universalizante", que valoriza a representação não marcada de todas as partes da população como um todo, e uma "visão minoritarizante" como Greenblatt, que valoriza a visibilidade para a minoria "a qualquer custo".

Para Sedgwick (2007), ser gay na Library of Congress é ficar sob as tutelas radicalmente sobrepostas do discurso universalizante dos atos e do discurso minoritarizante das pessoas.

Apesar do foco diferente, a mesma questão existe: o lesbianismo é integrado a todo o universo da homossexualidade ou deve ser separado em uma minoria? Greenblatt (1990) é pelo lado da minorização e de visibilidade a todo custo. Como complementa Christensen (2008, p. 236), em ambos os casos, é uma questão de qual facetas destacamos e de quais ignoramos. Assim como ignorar a faceta da sexualidade que não é explicitamente homossexual implica a heterossexualidade como norma, ignorando o gênero, bem como o que não é explicitamente lésbico implica a homossexualidade masculina como norma.

Christensen (2008, p. 230) afirma que em 1995 os termos *gay* e *lésbica* foram adicionados separadamente na Lista de Cabeçalhos de Assuntos da Library of Congress.

Em 1994, o cabeçalho "Heterossexualidade" foi acrescentado na Library of Congress, importante avanço, visto que é notadamente inconsciente que o que é normal não tem que ser etiquetado. De acordo com Christensen (2008, p.234), a partir daí, os livros sobre a heterossexualidade foram classificados como

²⁸ Preferiu-se manter o termo em sua língua original.

Sexualidade Geral, enquanto os de homossexualidade ou bissexualidade foram classificados por esses termos, onde se enquadram as minorias sexuais na hierarquia.

Christensen (2008, p. 237) retoma um artigo de Campbell (2004)²⁹ que discute o uso da classificação facetada para fornecer acesso a recursos de informação de gays e lésbicas e sugere que, para fazê-lo de forma eficaz, é preciso primeiro entender como as lésbicas e os gays categorizam-se a si mesmos e seus próprios domínios de conhecimento.

Mas essa questão é bastante complexa, pois o autor pergunta como pode-se afirmar definitivamente como lésbicas e gays categorizam a si mesmos? Não se pode ser capaz de definir como cada gay ou lésbica se autocategorizam, mas pode-se aproximar a autocategorização do coletivo LGBT, através de uma análise da terminologia que eles utilizam quando cooperam e comunicam entre eles e com o mundo em geral.

Atualmente a grande maioria da literatura acadêmica (dentro e fora do LGBT) favorece a terminologia que separa lésbicas de gays. (CHRISTENSEN, 2008, p. 237).

Graças às constantes mudanças naturais do cabeçalho de assunto e dos esquemas de classificação, esse tipo de melhoria não é apenas possível como tem precedente histórico. Enquanto não se pode esperar que os catalogadores da Library of Congress se mantenham no topo da evolução das necessidades dos usuários de cada grupo minoritário de todo o país, o "Subject Authority Cooperative Program – SACO"³⁰ do Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) permite que catalogadores participantes de outras instituições proponham mudanças e adições ao Library Congress Subject Headings e ao Library Congress Classification System.

E finaliza Christensen (2008, p. 237), nos casos dessas minorias, bem como em outras áreas, existe e, provavelmente, sempre existirá um trabalho a ser desenvolvido. Ter tesouros e sistemas de classificação que refletem a terminologia corrente e as ideologias não é um resultado final, mas um processo contínuo que

²⁹ CAMPBELL, D.G. A queer eye for the faceted guy: how a universal classification principle can be applied to a distinct subculture. In: MCILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, London, England, July 13-16, 2004. Advances in knowledge organization 9. Würzburg: Ergon Verlag, p. 109-113.

³⁰ Programa Cooperativo de Cabeçalho de Autoridade (tradução nossa).

requer constante vigilância por parte dos catalogadores, bibliotecários e de outros estudiosos e também dos usuários da biblioteca.

Embora a terminologia utilizada nos esquemas de classificação não seja visível para o usuário final como os cabeçalhos de assuntos o são, as *biases* e os preconceitos podem ser visíveis.

Ao escolher essa terminologia e seu lugar na hierarquia, devemos ter em mente os diferentes grupos de pessoas que representam esses termos, sejam homossexuais, ou heterossexuais, gays ou lésbicas.

Deve-se pensar que as pessoas que compõem esses grupos podem ter apenas a orientação sexual em comum, o que leva a se considerar que podem haver variações em como esses indivíduos desejam ser representados, como partes invisíveis de um todo unificado, ou como minorias visíveis de uma multidão desmembrada.

Contudo, mesmo mantendo-se as conotações atuais e usos dos diversos termos, não há garantias de que a representação agrada a todos, já que não há como negar que isso é impossível, mas permitirá classificar e descrever os conceitos de uma maneira consistente com o uso atual e com todo o respeito possível por essas variadas pessoas que os termos descrevem.

No Brasil, os estudos de Milani e Guimarães (2011) apontam as *biases* em relação ao preconceito ou discriminação, seja no momento da análise ou no da representação quando exemplificam usando o cabeçalho Lesbianismo USE Desvios Sexuais, que podem levar ao constrangimento de uma parcela da comunidade usuária.

E Johnson (2007, p. 17, tradução nossa) aborda as questões: como as práticas de catalogação e classificação de materiais das áreas LGBT mudaram ao longo do tempo? Como as mudanças na prática influenciaram e foram influenciadas em outros padrões de biblioteca? Como as mudanças na prática refletem mudança de terminologia no cotidiano escrito e falado? Quais são as implicações da mudança das práticas de catalogação e classificação para as coleções LGBT atuais?

Quanto à Classificação e Linguagens Documentais na temática homossexual, é importante destacar onde a temática está lotada.

Na CDD, 22.ed. de 2003, o sistema mais utilizado mundialmente em mais de 135 países e traduzido em mais de 30 idiomas, são inúmeras as possibilidades da classificação para a temática, como se vê a seguir:

- a) 306.766
 - 306 - cultura e instituições
 - 306.766 – movimento de liberação gay e homofobia

- b) 323.326 4 - direitos civis e humanos dos homossexuais

- c) 176
 - 170 - ética
 - 176 - ética do sexo e reprodução

- d) 205.66
 - 205 - ética religiosa
 - 205.6 - questões morais e específicas, pecados, vícios, virtudes
 - 205.66 - práticas discriminatórias de moralidade

- e) 616.858 3
 - 616 - doenças
 - 616.8 - doenças do sistema nervoso e distúrbios mentais
 - 616.858 - personalidade, sexual, gênero-identidade, impulso-controle, comportamento violento, retardo-mental
 - 616.858 3 - distúrbios de gênero-identidade e sexuais

Já na CDU³¹ pode-se encontrar em:

- a) 613.885
 - 600 - ciências aplicadas, medicina
 - 613 - higiene e saúde
 - 613.88 - higiene sexual, educação e vida sexual

³¹ Subdivisões baseadas em Vieira Júnior (2005, p.36).

613.885 - ambivalência sexual, intersexualidade, homossexualidade

b) 616.89-008.442.36 onde

616 – patologia, medicina clínica

616.89 – psiquiatria, psiquiatria patológica, psicopatologia, frenopatias, psicoses, anomalia mental, etc.

616.89-008 – subdivisão auxiliar especial para distúrbios mentais e seus sintomas, semiologia psiquiatria, sintomatologia das doenças mentais.

616.89-008.442 – psicopatologia sexual, anomalias psicosexuais, desvios, perversões sexuais, erotomania, satíriase, ninfomania

616.89-008.442.3 – desvios, perversões sexuais

616.89-008.442.36 – inversões sexuais, homossexualidade, bissexualidade, atos homossexuais masculinos e femininos, tribalismo, sodomia

Isso denota que em ambas as classificações mais utilizadas atualmente nas unidades de informação mundiais (CDD e CDU), ainda persistem a opção de o bibliotecário classificar a homossexualidade em doenças. Isso também ocorre na indexação, onde os vocabulários utilizados ainda trazem os assuntos tratados com preconceitos e discriminações.

Campbell (2000, p.128) nos relembra Cutter³² em suas regras para um Catálogo Dicionário, onde Cutter argumenta que no catálogo que designa conceitos, deve-se usar a terminologia mais atual e familiar para a classe de pessoas que consultam a biblioteca. Mas para Campbell (2000) tal abordagem, no entanto, quando executada, corre o risco de perder a dimensão histórica dos termos correntes, impedindo os pesquisadores de traçar a evolução de conceitos e termos de um período para outro.

Um problema parece ser a imposição de uma linguagem universal para a representação de assunto. Uma tendência em estudos recentes de uso de catálogos enfatiza o estudo dos pesquisadores para diferentes características individuais, como sexo, nível de escolaridade e conhecimentos informáticos. (OLSON, 2002, p.11)

³² CUTTER, C. **Rules for a dictionary catalog**. Reprinted in Theory of subject analysis: a sourcebook. Ed. Lois Chan, Phyllis Richmond, Elaine Svenonius. Littleton : Libraries Unlimited, 1985.

Por outro lado, um instrumento que foi orientado para as diferentes formas em que os conceitos de sexualidade e homossexualidade são construídos em diferentes épocas seria altamente sensível para a criação de equivalências e para a imposição de interpretações atuais em termos de que têm uma vida longa e variada de significados.

Isso se deve à própria estrutura e base de construção que não lhe permitem uma atualização rápida e adequada, já que “esses sistemas são pragmáticos, eles se baseiam em uma visão filosófica de conhecimento, e essa reflete uma posição político-cultural balizada pelo espaço e tempo” (GUIMARÃES; PINHO, 2007).

Silva e Lara (2004) são enfáticos ao concluir que as bibliotecas brasileiras em sua maioria ainda utilizam as linguagens documentais tradicionais colaborando para que todos os problemas de classificação e indexação persistam em seus sistemas de recuperação em unidades de informação. Contudo, também levantam novas ações quanto ao atendimento dessas necessidades específicas e a existência de centros de informação especializados ao segmento de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros brasileiros.

No Brasil, tentativas de colaborar em melhorias para as terminologias, especificando áreas que a CDD ou CDU não abrangesse, aconteceu em 1948, com a bibliotecária e bacharel em Direito, Doris de Queiroz Carvalho, na época funcionária da Biblioteca do Ministério da Fazenda. Doris constatou a necessidade de detalhar a Classificação Decimal de Dewey na classe 340, referente ao Direito; a partir da necessidade, surgiu a obra Classificação Decimal de Direito, editada pelo Ministério da Fazenda nesse mesmo ano e, devido ao grande interesse despertado, reeditada em 1953 e 1977.³³

A Classificação Decimal de Direito, hoje vinculada à Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos possui uma lista controlada de termos e tem sido muito utilizada no Brasil por bibliotecas jurídicas, tendo em vista que se aprofundaram nos assuntos jurídicos, aspecto que a CDD não o faz com maior especificidade.

Mas mesmo em uma linguagem documental mais próxima à realidade dos direitos dos homossexuais, já que envolve basicamente as nuances do Direito, por exemplo, nenhum assunto tópico é descrito visto que não aparecem termos como Homossexualidade, Casamento Homoafetivo, entre outros.

³³ Essa classificação, agora em sua quarta edição, está disponível na internet através do site <http://legislacao.planalto.gov.br/cddir/cddir.nsf>.

Ainda na questão da Classificação, Sedgwick (1990, tradução nossa) articula um número de axiomas, três dos quais são especialmente relevantes para as pesquisas de classificação:

- As pessoas são diferentes umas das outras de maneira que desafiam nossas ferramentas tradicionais de articulação de diferença. A sobrevivência depende muitas vezes da capacidade de fazer, alterar e refazer categorizações provisórias sobre os tipos de pessoas que existem no mundo;
- As questões de gênero e orientação podem ser relevantes, mesmo em casos onde essas questões não fazem parte do "conteúdo" temático;
- A natureza versus a estimulação da questão em estudos gays precisa de ser reformulado, e que o importante questão não é: "Como as pessoas se tornaram gays", mas sim "Para quem é a definição de homo/heterossexualidade de importância central?"

Observam-se também problemas nas linguagens documentais, como por exemplo, no Catálogo de Terminologia de Assuntos - Índice: Assunto Tópico da Fundação Biblioteca Nacional³⁴. Os termos encontrados no índice a respeito da temática homossexualidade nos mostram o quão defasado os termos estão perante as mudanças da sociedade.

Ao pesquisar o Assunto Tópico "Homossexualidade", aparecem apenas três ocorrências:

- 1) Homossexualidade;
- 2) Homossexualidade – estudo e ensino e
- 3) Homossexualidade assumida.

Em relação ao Assunto Tópico "Homossexualismo", foram encontradas quatorze ocorrências:

- 1) Homossexualismo;
- 2) Homossexualismo – Estudo e ensino;
- 3) Homossexualismo – Legislação;
- 4) Homossexualismo e Arte;

³⁴ Dados pesquisados em: <http://www.bn.br/site/pages/catalogos/terminologiaAssuntos/content.htm>, site da Fundação Biblioteca Nacional.

- 5) Homossexualismo e Astrologia;
- 6) Homossexualismo e Educação;
- 7) Homossexualismo e Literatura;
- 8) Homossexualismo e Psicanálise;
- 9) Homossexualismo Feminino;
- 10) Homossexualismo Masculino;
- 11) Homossexualismo na Bíblia;
- 12) Homossexualismo na Literatura;
- 13) Homossexualismo na Televisão;
- 14) Homossexualismo no Cinema.

Essas ocorrências evidenciam muitos problemas na representação da informação com essa temática, haja visto que se é conhecido que a terminologia Homossexualismo foi descartada, pois utiliza o sufixo que designa doença.

O mais apropriado seria então, que o Assunto Tópico “Homossexualidade” fosse o dominante no catálogo, até mesmo único e todos os relacionados a “Homossexualismo” retirados. Também, pode-se perceber que as ocorrências 7 (sete) e 12 (doze) são as mesmas: homossexualismo e literatura e homossexualismo na literatura, o que não deveria ocorrer em uma lista de cabeçalhos de assunto de uma instituição tão importante como a Biblioteca Nacional, já que os termos deveriam estar uniformizados, evitando problemas de recuperação.

O que se pode inferir é que pela própria natureza, as linguagens documentais são muito lentas em implementar mudanças que refletem uma terminologia de uso comum do público. Acredita-se que isso seja o grande motivo para os problemas das linguagens documentais, já que a sociedade evolui mais rápido do que as linguagens documentais.

Analisando também o estudo de Silva e Rolim (2009), em relação aos instrumentos utilizados na indexação dos documentos jurídicos na perspectiva do Grupo de Informação Jurídica de São Paulo – GIDJ/SP verificou-se que 52% dos bibliotecários consultados na pesquisa possuem vocabulário controlado próprio. Os demais usam os vocabulários jurídicos do Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal e Conselho da Justiça Federal.

É importante salientar que usar um vocabulário próprio, como acontece com metade dos bibliotecários avaliados no estudo de Silva e Rolim, perpassa a questão da própria construção da linguagem, a falta de uniformização por todos os atores da informação jurídica e os aspectos éticos envolvidos (ou não) no fazer profissional.

Para Este trabalho se fez por meio de um estudo teórico-investigativo da literatura específica da área de organização do conhecimento a partir da busca do domínio conceitual composto pelos termos: *political correctness*; *homosexuality*, *homosexual*, *euphemism*, *prejudice* e *discrimination* no corpus documental da base de dados LISA no período entre 2000 e 2011.

Em um âmbito mais específico, propôs-se compor, por meio da sistematização dos resultados das bases de dados, abordando um universo científico efetivamente representativo e assim contribuir para o delineamento, bem como aprofundamento da temática homossexual.

A título de informação, no Brasil, uma pesquisa na BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) revelou apenas 2 (duas) ocorrências para *Politicamente Correto*, 6 (seis) ocorrências para *Homossexual*, 15 (quinze) ocorrências para preconceito, mas nenhuma delas com intersecção com homossexual e 2 ocorrências para preconceito, sendo ambas sobre a questão do negro. Para os demais termos aqui apresentados (eufemismo e homossexualidade) não houve nenhuma ocorrência.

A análise dos artigos foi realizada a partir de suas áreas consideradas como de maior conteúdo informativo: título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

Com os dados obtidos, pôde-se dividir os resultados em 8 (oito) quadros, assim como um quadro-síntese, com referências de artigos que abordam especificamente a representação da informação, apesar de os demais artigos recuperados estarem em consonância mais periférica com a presente pesquisa. Os referidos quadros, partindo de um termo de busca, apresentam dados quanto ao título do artigo, autor(es), título do periódico, ano e, em observações, a incidência da sigla RI revela tratar-se de artigo que aborda a temática da representação da informação.

Termos pesquisados na LISA	Ocorrências
Political Correctness	10
Euphemism	1
Homosexuality	88
Homosexual	53
Discrimination	252
Prejudice	176
Discrimination + Homosexual	4
Prejudice + Homosexual	1
Discrimination + Information Representation	3
Prejudice + Information Representation	3

Quadro 1: Resultado geral dos termos pesquisados na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos artigos recuperados sob o termo *Political Correctness* na base LISA, temos:

POLITICAL CORRECTNESS					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	From Annoying Duty to Well-Rounded Plan: Barrier Free Access is More than Meeting Legal Norms -- Suggestions for Good Practice	Eigenbrodt, O.	BuB Forum Bibliothek und Information	2011	
2	Le politiquement correct et 70és livres documentaires pour 70é jeunesse.	Antoine, A.	Bulletin des Bibliothèques de France	2004	
3	The liberal bias in the media and academia	Eisenman, R.	Journal of Information Ethics	2003	
4	Intellectual freedom revisited	Intner, S.	Technicalities	2002	
5	Multiculturalism and political correctness in children's books: a view from India	Rao, S.	Bookbird	2001	
6	Issues of censorship	Hannabuss, S; Allard, M.	Library Review	2001	
7	So whom are we writing for?	Fox, M.	Bookbird	2001	
8	Gateways to freedom: libraries and the new Millennium	Owen, U.	Libri	2000	
9	The book world as a	Abel, R.	Publishing Research	2000	

	high roller or a Carny sword swallower		Quarterly		
10	Open to all? The public library and social exclusion.	Muddiman, D. Durrani, S. Dutch, M. et al	British Library. Library and Information Commission Research Report86	2000	

Quadro 2: Resultado da pesquisa do termo "Political Correctness" na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa pelo termo Political Correctness trouxe 10 (dez) incidências, relacionadas a vários aspectos da Ciência da Informação, inclusive em consonância com alguns aspectos tratados na presente dissertação, tais como: preocupação com o desenvolvimento de coleções que incorpore material sobre a temática nas bibliotecas, aspectos éticos do profissional da informação, inclusão social, mas nenhuma em específico que aborde a questão da representação da informação.

Quanto aos artigos recuperados sob o termo *Euphemism* na base LISA temos:

EUPHEMISM					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	Looking out for number one: euphemism and face	Batchelor, J.A. McGlone, M.S.	Journal of Communication	2003	RI

Quadro 3: Resultado da pesquisa do termo "Euphemism" na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

Já a recuperação dos artigos recuperados sob o termo *Homosexuality* na base LISA estabeleceu o seguinte quadro:

HOMOSEXUALITY (LISA)					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano de publicação	Obs.
1	Gay Literature for Teens	Sass, T.	Cape Librarian	2011	
2	The Stonewall Book Award for Children's and Young Adult Literature Joins the ALA Youth Media Awards	Johnston, L.	Young Adult Library Services	2011	
3	Integrating diversity	Mehra, B.	IFLA Journal	2011	RI

	across the LIS curriculum: An exploratory study of instructors' perceptions and practices online	Olson, H. Ahmad, S.			
4	Social tags as news event detectors	Chua, A.Y.K. Razikin, K. Goh, D.H.	Journal of Information Science	2011	
5	A Dynamic MSM With Agent Elements for Spatial Demographic Forecasting	Wu, B.M. Birkin, M.H. Rees, P.H.	Social Science Computer Review	2011	
6	Queering the Census: Privacy, Accountability, and Public Policy Implications of Adding Sexual Orientation and Gender Identity Questions to the US Census	Long, Q.	DttP: Documents to the People	2011	
7	Queer Methods and Methodologies: Intersecting Queer Theories and Social Science Research	Boyd, E.	Feminist Collections	2011	
8	Same-Sex Marriage: A Reference Handbook	Weaver, K.	Feminist Collections	2011	
9	Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender and Questions Teen Literature: A Guide to Reading Interests	Harrick, M.	Feminist Collections	2011	
10	The Ashgate Research Companion to Queer Theory	Higgins, S.	Feminist Collections	2011	
11	Gay and Lesbian Communities the World over	Weaver, K.	Feminist Collections	2011	
12	Web Review: Religious Institute-Denominational Statements	Durham, E.	Theological Librarianship: An Online Journal of the American Theological Library Association	2011	
13	From the Notebooks of Melanin Sun	Cuseo, A.	Catholic Library World	2010	
14	Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender and Questioning Teen Literature: A Guide to Reading Interests	Thogersen, K.	Young Adult Library Services	2010	
15	Censorship Online: One School Librarians' Journey to Provide Access to LGBT Resources	Storts-Brinks, K.	Knowledge Quest	2010	
16	Historical Dictionary of Homosexuality	Drabinski, E.	College & Research Libraries	2010	
17	Transgender Subject Access: History and Current Practice	Johnson, M.	Cataloging & Classification Quarterly	2010	RI

18	Diversity collection assessment in large academic libraries	Ciszek, M.P. Young, C.L.	Collection Building	2010	
19	Special Section on Queer Archives: Note from the Guest Editors	Barriault, M. Sheffield, R..	Archivaria	2009	
20	Accessing Transgender -- Desiring Queer(er?) Archival Logics	Rawson, K.	Archivaria	2009	RI
21	Resisted Access? National Security, the Access to Information Act, and Queer(ing) Archives	Gentile, P.	Archivaria	2009	
22	The 1942 Same-Sex Trials in Edmonton: On the State's Repression of Sexual Minorities, Archives, and Human Rights in Canada	Dick, L.	Archivaria	2009	
23	Hard to Dismiss: The Archival Value of Gay Male Erotica and Pornography	Barriault, M.	Archivaria	2009	
24	Love and Lubrication in the Archives, or Rukus!: A Black Queer Archive for the United Kingdom	X, Ajamu Campbell, T. Stevens, M.	Archivaria	2009	
25	From Closet to the Institution: History Archives Quebec	Prince, J.	Archivaria	2009	RI
26	Youth Outreach Initiatives at the Canadian Lesbian and Gay Archives	Zieman, K.	Archivaria	2009	
27	Transgender History	Schmidt, C.	Archivaria	2009	
28	Man to Man: A History of Gay Photography	Ibson, J.	Archivaria	2009	
29	Out in Paperback: A Visual History of Gay Pulps	Nguyen, Nick.	Archivaria	2009	
30	"Where is Queer?": Museums and Social Issues	Bak, G.	Archivaria	2009	
31	LGBTQ America Today: An Encyclopedia	Tucker, C.	Feminist Collections	2009	
32	Transcending Library Catalogs: A Comparative Study of Controlled Terms in Library of Congress Subject Headings and User-Generated Tags in LibraryThing for Transgender Books	Adler, M.	Journal of Web Librarianship	2009	RI
33	Wisconsin Board, Staffers Cope with Would-Be Book Burners	Goldberg, B.	American Libraries	2009	
34	Accept the Universal Freak Show	Manfredi, A.	Young Adult Library Services	2009	

35	How Can I Tell You This? The Developing Discourse on HIV/AIDS in Young Adult Novels	Gross, M. Carruth, D. Goldsmith, A.Y.	New Review of Children's Literature and Librarianship	2009	
36	The Accessibility and Dissemination of Visual and Sound Question of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender "Queer": The Case of the Quebec Gay Archives	Ferron, M.J.	Archives (Quebec)	2009	RI
37	The Sustainability of Visual and Sound of the Community, Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT) -- the Case of the Quebec Gay Archives	Ferron, M.J.	Archives (Quebec)	2009	
38	Picking your party online An investigation of Ireland's first online voting advice application	Wall, M. Sudulich, M.L. Costello, R. et al	Information Polity	2009	
39	LGBTQ America Today: An Encyclopedia	Liedtka, T.	Reference Reviews	2009	
40	Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgendered Literature: A Genre Guide	Kemp, L.	Reference Reviews	2009	
41	Berman's Bag: Liberated Foreword/Unrequited LC Letters	Berman, S.	The Unabashed Librarian	2009	RI
42	Encyclopedia of Gay and Lesbian Popular Culture	Cochran, C.	Reference & User Services Quarterly	2008	
43	Queering the Web: Gay, Lesbian, Bisexual, Transgendered, and Queer (GLBTQ) Resources	Albin, T. Church-Duran, J.	College & Research Libraries News	2008	RI
44	Televising Queer Women: A Reader	O'Donnell, P.	Feminist Collections	2008	
45	Court Records and the History of Male Homosexuality	Brickell, C.	Archifacts	2008	
46	Encyclopedia of Gay and Lesbian Popular Culture	Nyland, N.	Feminist Collections	2008	
47	A Companion to Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Studies	Trekell, E.	Feminist Collections	2008	
48	An Inductive Evaluation of a Public Library GLBT Collection	Moss, E.	Collection Building	2008	RI
49	Minoritization vs. Universalization: Lesbianism and Male Homosexuality in LCSH	Christensen, B.	Knowledge Organization	2008	RI

	and LCC				
50	Challenging silence, challenging censorship	Sutherland, S.	The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research	2008	
51	Fiction for all	Chapman, E.L. Birdi, B.	Public Library Journal	2008	
52	Removal of Gay-Themed Materials from Public Libraries: Public Opinion Trends, 1973-2006	Burke, S.	Public Library Quarterly	2008	
53	Companion to Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Studies	Hughes, H.G.A.	Reference Reviews	2008	
54	Covering all the bases	Manley, W.	American Libraries	2007	
55	Les Etudiants Canadiens Inscrits aux Programmes d'Etudes Gaies et Lesbiennes et lès Bibliothèques Universitaires: Etude sur les Perceptions et la Satisfaction des Utilisateurs	Lupien, P.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2007	
56	De "l'Homosexualité" au "Transvestisme": Analyse des Vedettes-Matière Attribuées aux Oeuvres de Fiction LGBT dans les Bibliothèques Publiques Canadiennes	McClary, C. Howard, V.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2007	RI
57	The Heart Has Its Reasons: Young Adult Literature with Gay/Lesbian/Queer Content, 1969-2004	Weisbard, P.	Feminist Collections	2007	
58	A "queer" manifesto of interventions for libraries to "come out" of the closet! A study of "queer" youth experiences during the coming out process.	Mehra, Bharat; Braquet, Donna.	LIBRES	2006	
59	L'Internet dans les rapports de lecture de lesbiennes et de jeunes femmes allosexuelles: recherches infructueuses et lectures illicites	Rothbauer, P.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2005	RI
60	The past and the future of gay, lesbian, bisexual, and transgender studies	Gross, L.	Journal of Communication	2005	
61	Social change and the corporate construction of gay markets in the New York Times'	Ragusa, A.	Media, Culture & Society	2005	

	advertising business news				
62	A boy's real story	Freeman, J.	Independent, J.	2005	
63	"Les gens n'ont plus peur, mais il est encore difficile de trouver des livres": pratiques de lecture qui renseignent sur l'identité personnelle et sociale de lesbiennes déclarées et des jeunes femmes allosexuelles	Rothbauer, P.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2005	
64	Out of the closet?	Van Buskirk, J.	Library Journal	2005	
65	EBSCO partners with NISC	EBSCO	Advanced Technology Libraries	2005	
66	Exploring LGBTQ online resources.	Greenblatt, G.	Journal of Library Administration	2005	RI
67	Stop press	Wells, M.	Guardian	2004	
68	We're here, we're queer	Connolly, B. Golderman, G.	Library Journal	2004	
69	The greatest taboo and the HBCU	Willis, A.	Against the Grain	2004	
70	Gay - see also - lesbian resources for believers	Veldheer, K.	Journal of Religious & Theological Information	2004	
71	Text Mining Techniques to Automatically Enrich a Domain Ontology	Missikoff, M. Velardi, P. Fabriani, P.	Applied Intelligence	2003	
72	Cibles mouvantes. Moving targets	Murail, M-A.	Bulletin des Bibliothèques de France	2003	
73	The emergence of gay literature for young people	Lane, D.	Young Adult Library Services: The Journal of the Young Adult Library Services Association	2002	
74	Lives are at stake	Cart, M.	Young Adult Library Services: The Journal of the Young Adult Library Services Association	2002	
75	A door half open: young people's access to fiction related to homosexuality	Clyde, L.A. Lobban, M.	School Libraries Worldwide	2002	
76	Police, perversion and privacy: managing access to confidential files of the South African Police	Reid, G.	Innovation24	2002	
77	Modern gay and lesbian libraries and archives in North America: a study in community identity and affirmation	Lukenbill, B.	Library Management	2002	
78	Gay readers, consumers, and a dominant gay habitus: 25 years of the 'Advocate' magazine	Sender, K.	Journal of Communication	2001	
79	Oman kirjan päivä kouluun! My own book day into schools!	Heikkilä-Halttunen, P.	Kirjastolehti1	2001	

80	Matters of controversy	Gilman, B.	Librarians' Christian Fellowship Newsletter75	2000	
81	Controversial books in the public library: a comparative survey of holdings of gay related children's picture books	Spence, A.	Library Quarterly	2000	
82	Jean Ure	Eyre, G.	School Librarian	2000	
83	Section 28 - Speaking out	Fairbrother, P.	Impact, the Journal of the Career Development Group	2000	
84	Collection management of gay/lesbian materials in the U.K. and Canada	Curry, A.	Libri	2000	
85	The treatment of gay and lesbian fiction for young adults in selected prominent reviewing Media	Rothbauer, P.M. McKecknie, L.E.F.	Collection Building	2000	
86	Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian Communities	Campbell, G.	Knowledge Organization	2000	RI
87	Equal Opportunities and being a Christian librarian. Is there a conflict?	Attle, S.	Librarians' Christian Fellowship Newsletter76	2000	
88	'They sure got to prove it on me': millennial thoughts on gay archives, gay biography, and gay library history	Carmichael, J.	Libraries and Culture	2000	

Quadro 4: Resultado da pesquisa do termo "Homosexuality" na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a análise das 88 (oitenta e oito) ocorrências, percebeu-se que poucas, apenas 14 (quatorze) tratavam especificamente da questão da representação da informação. Contudo, é interessante apresentar, apenas a título de exemplificação, quais os assuntos que surgiram na pesquisa. Em primeiro lugar, com 16 (dezesseis) ocorrências, aparecem as questões voltadas à literatura infanto-juvenil para homossexuais e como essa abordagem está se infiltrando nas bibliotecas. Em segundo, foram 13 (treze) ocorrências tratando sobre arquivos de variados países que abordam as minorias sexuais e em terceiro, com 9 (nove) artigos, as melhores práticas e serviços educacionais dentro das bibliotecas, buscando a inclusão social.

Os demais assuntos abordados foram: modelos informacionais e política de informação, informação governamental e registros judiciais, web site específicos, aspectos religiosos e históricos, dicionários, guias, revistas e enciclopédias

especializadas, liberdade de expressão e mídia, censura, filtros, fontes de informação LGBT, coleção de materiais e registros judiciais entre outros.

A pesquisa pelo termo *Homosexual* foi necessária, pois se acreditava que, apesar do termo ser bastante similar a *Homosexuality*, poderiam ocorrer incidências diferentes, o que se comprovou posteriormente.

HOMOSEXUAL					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	Out on the Web: The Relationship between Campus Climate and GLBT-related Web-based Resources in Academic Libraries	Ciszek, M.	The Journal of Academic Librarianship	2011	RI
2	New "Bill" on the Block	Ross, P.D.S. King, D.	ALISS Quarterly	2011	
3	A Study of Public Library Services to Gays and Lesbians	Hart, G.	Cape Librarian	2011	
4	Encyclopedia of Contemporary LGBTQ Literature of the United States	Bell, D.	Reference Reviews	2011	
5	A Commentary on Patrizia Gentile's "Resisted Access? National Security, the Access to Information Act, and Queer(ing) Archives"	German, D.	Archivaria	2010	
6	Gay Men's Book Clubs Versus Wisconsin's Public Libraries: Political Perceptions in the Absence of Dialogue	Pruitt, J.	The Library Quarterly	2010	
7	Resisted Access? National Security, the Access to Information Act, and Queer(ing) Archives *	Gentile, P.	Archivaria	2009	
8	Challenging Silence, Challenging Censorship, Building Resilience: LGBTQ Services and Collections in Public, School and Post-Secondary Libraries	Schrader, A.	Feliciter	2009	RI
9	Transgender History	Gathright, W.	Feminist Collections	2009	
10	LGBTQ America Today: An Encyclopedia *	Liedtka, T.	Reference Reviews	2009	
11	Gay, Lesbian, Bisexual,	Kemp, L.	Reference Reviews	2009	

	and Transgendered Literature: A Genre Guide *				
12	Arkansas Civil Rights History Internet Database Launched	Worrell, D. Boyd, M.	Microform & Imaging Review	2008	
13	Gay Men, Gaydar and the Commodification of Difference	Light, B. Fletcher, G. Adam, A.	Information Technology & People	2008	
14	Barriers to GLBTQ collection development and strategies for overcoming them	Alexander, L.B. Miselis, S.D.	Young Adult Library Services: The Journal of the Young Adult Library Services Association	2007	
15	Library and information science professionals as community action researchers in an academic setting: top ten directions to further institutional change for people of diverse sexual orientations and gender identities	Mehra, B. Braquet, D.	Library Trends	2007	
16	An assessment of the information needs of Transgender communities in Portland, Oregon	Beiriger, A. Jackson, R.M.	Public Library Quarterly	2007	RI
17	Internet filtering and the adolescent gay/lesbian patron	Holt, D.	Library Student Journal	2006	
18	A library outing serving queer and questioning teens	Martin, H.	Young Adult Library Services: The Journal of the Young Adult Library Services Association	2006	RI
19	Hear the silent pleas of our gay youth	Alexander, L. Miselis, S.	Knowledge Quest	2006	
20	Banned Books Week: a celebration of intellectual freedom	Long, S.	New Library World	2006	
21	Out and ignored: why are so many school libraries reluctant to embrace gay teens?	Whelan, D.	School Library Journal	2006	
22	Alternativne knjižnice u Zagrebu. [Alternative libraries in Zagreb.]	Pikic, A.	Vjesnik Bibliotekara Hrvatske	2006	
23	L'Internet dans les rapports de lecture de lesbiennes et de jeunes femmes allosexuelles: recherches infructueuses et lectures illicites*	Rothbauer, P.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2005	
24	If I ask, will they answer? Evaluating public library reference	Curry, A.	Reference & User Services Quarterly	2005	RI

	service to gay and lesbian youth				
25	The intersection of "community" within the reading experience: lesbian women's reflections on the book as text and object	Pecoskie, J.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2005	
26	Social change and the corporate construction of gay markets in the New York Times' advertising business news *	Ragusa, A.	Media, Culture & Society	2005	
27	"Les gens n'ont plus peur, mais il est encore difficile de trouver des livres": pratiques de lecture qui renseignent sur l'identité personnelle et sociale de lesbiennes déclarées et des jeunes femmes allosexuelles *	Rothbauer, R.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2005	
28	Sharing the stories of gay, lesbian, bisexual and transgendered community: providing library service to the GLBT patron	Seborg, L.	PNLA Quarterly	2005	
29	Queer perspectives on social responsibility in Canadian schools and libraries: analysis and Resources	Schrader, A.M. Wells, K..	School Libraries in Canada	2005	
30	A day in the life	Fredericks, N.	Young Adult Library Services: The Journal of the Young Adult Library Services Association	2005	
31	Fishing for discrimination	Riach, P.A. Rich, J.	Review of Social Economy	2004	
32	Stop press *	Wells, M.	Guardian	2004	
33	Crystal methamphetamine use predicts incident STD infection among men who have sex with men recruited online: a nested case-control study	Chiasson, M.A. Hirshfield, S. Remien, R.H.	Journal of Medical Internet Research	2004	
34	Recent lesbian/gay/bisexual/transgender fiction for teens: are Canadian public libraries providing adequate collections?	Boon, M.H. Howard, V.	Collection Building	2004	
35	Lessons learned from	Helms, C.	Georgia Library	2004	

	The Gay Guardian newspaper vs. Ohoopee Regional Library System: or, what you need to know about your Free to the Public area		Quarterly		
36	Les collections gaies et lesbiennes dans les bibliotheques publiques: miroir de la societe quebecoise? Gay and lesbian collections in public libraries: are they representative of Quebec society?	Migneault, B.	Documentation et Bibliotheques	2004	RI
37	Information needs of gay, lesbian, bisexual, and transgendered health care professionals: results of an Internet survey	Fikar, C.R. Keith, L.	Journal of the Medical Library Association	2004	
38	The old man out: an intergroup analysis of intergenerational communication among gay men	Hajek, C. Giles, H.	Journal of Communication	2002	
39	Setting the public health agenda on major diseases in sub-Saharan Africa: African popular magazines and medical journals, 1981-1997	Pratt, C.B. Ha, L. Pratt, C.A.	Journal of Communication	2002	
40	Negotiating the digital closet: online pseudonymity and the politics of sexual identity	Phillips, D.	Information, Communication & Society	2002	
41	Health information for gay men on the Internet	Perry, G.	Health Care on the Internet	2002	
42	Collecting data via the Internet: the development and deployment of a web-based survey	Epstein, J. Klinkenberg, W.D.	Journal of Technology in Human Services	2002	
43	'The homosexual' as problem patron	Thistlethwaite, P.	Reference Librarian	2002	
44	Reaching out to lesbian, gay, bisexual, and transgender youth	Hughes-Hassell, S. Hinckley, A.	Journal of Youth Services in Libraries	2001	
45	Edith Guerrier 'A little [warrior] woman of New England' on behalf of US public documents, 1870-1958	Clark, K. D. Richardson, J. V.	Journal of Government Information	2001	
46	Collection development of gay/lesbian/bisexual related adult non fiction in medium sized Illinois public libraries	Ritchie, C.	Illinois Libraries	2001	
47	Health information for	Perry, G.	Internet Reference	2001	

	lesbian/gay/bisexual/transgendered people on the Internet: context and content		Services Quarterly		
48	The use of the Internet among academic gay communities in Taiwan: an exploratory study	Yang, Chung-Chuan	Information, Communication & Society	2000	
49	The legality of Section 28	---	Impact, the Journal of the Career Development Group	2000	
50	Collection management of gay/lesbian materials in the U.K. and Canada*	Curry, A.	Libri	2000	
51	The treatment of gay and lesbian fiction for young adults in selected prominent reviewing Media	Rothbauer, P.M. McKecknie, L.E.F.	Collection Building	2000	
52	Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian Communities*	Campbell, G.	Knowledge Organization	2000	
53	Consumer health materials for lesbians, gay men, bisexual and transgendered people	Flemming, T. Sullivant, J.	Public Library Quarterly	2000	RI

Quadro 5: Resultado da pesquisa do termo "Homossexual" na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado desse quadro mostra que, exceto as que possuem vínculo com a representação da informação, a maioria dos assuntos trata de: preocupação com o desenvolvimento de coleção de bibliotecas e aquisição de material LGBT em 5 (cinco) ocorrências, fontes de informação para esse grupo social e necessidades informacionais para a comunidade em 4 (quatro) ocorrências cada, bem como liberdade intelectual, questões legais, aspectos históricos, etc.

Todos os títulos que aparecem com o símbolo * (asterisco), ao final, são títulos que também ocorreram na pesquisa por *Homosexuality*, visto que as duas palavras apareceram no mesmo artigo. Apesar de terem ocorrido essas incidências, elas foram em número proporcionalmente pequeno, apenas 8 (oito) ocorrências em 53 (cinquenta e três) artigos.

Em relação aos termos *Discrimination* e *Prejudice*, a pesquisa na base de dados forneceu uma quantidade muito grande de artigos recuperados. Para o termo *Discrimination* foram encontradas 252 (duzentos e cinquenta e duas) ocorrências e para o termo *Prejudice* 176 (cento e setenta e seis) artigos. Devido ao grande

número de ocorrências, optou-se por fazer um refinamento em ambos os termos, utilizando *Discrimination e Homosexual*; *Discrimination e Homosexual*; *Discrimination e Information Representation*; *Prejudice e Information Representation*. Com isso, chegou-se aos resultados expostos nos quadros a seguir:

DISCRIMINATION and HOMOSEXUAL					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	Hear the silent pleas of our gay youth	Alexander, L. Miselis, S.	Knowledge Quest	2006	
2	Queer perspectives on social responsibility in Canadian schools and libraries: analysis and Resources	Schrader, A. M. Wells, K.	School Libraries in Canada	2005	
3	Fishing for discrimination	Riach, P.A. Rich, J.	Review of Social Economy	2004	
4	Consumer health materials for lesbians, gay men, bisexual and transgendered people *	Flemming, T. Sullivant, J.	Public Library Quarterly	2000	

Quadro 6: Resultado da pesquisa da intersecção os termos “Homosexual” AND “Discrimination” na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

PREJUDICE and HOMOSEXUAL					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	Hear the silent pleas of our gay youth.	Alexander, L. Miselis, S.	Knowledge Quest	2006	

Quadro 7: Resultado da pesquisa da intersecção dos termos “Homosexual” AND “Prejudice” na base LISA

Fonte: Elaborado pelo autora.

Percebe-se que o artigo obtido por essa intersecção também aparece na pesquisa de *Homosexual e Discrimination*.

DISCRIMINATION and INFORMATION REPRESENTATION					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	The Dynamics of Collaborative Tagging: An Analysis of Tag Vocabulary Application in Knowledge Representation, Discovery and Retrieval	Makani, J. Spiteri, L.	Journal of Information & Knowledge Management	2010	RI
2	The epistemological foundations of knowledge representations	Svenonius, E..	Library Trends	2004	RI
3	A user study on tactile graphic generation methods.	Krufka, S.E. Barner, K.E.	Behaviour and Information Technology	2006	RI

Quadro 8: Resultado da pesquisa da intersecção dos termos “Discrimination” and “Information Representation” na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

PREJUDICE and INFORMATION REPRESENTATION					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Obs.
1	Gender terminology and indexing systems: the case of woman's body, image and visualization.	Lopez-Huertas, M.J.T. Torres Ramirez, I..	Libri	2007	RI
2	A voice for the invisible?	Goldthorp, J.	Information Scotland	2007	RI
3	Three decades since Prejudices and Antipathies: a study of changes in the Library of Congress Subject Headings	Knowlton, S.	Cataloging & Classification Quarterly	2005	RI

Quadro 9: Resultado da pesquisa da intersecção dos termos “Prejudice” and “Information Representation” na base LISA

Fonte: Elaborado pela autora.

Com os resultados da pesquisa e a seleção dos artigos extraídos do corpus documental, julgou-se necessária a criação de um quadro-síntese que abordasse apenas os documentos que tratam da questão da representação da informação, totalizando 28 (vinte e oito) artigos.

Neste quadro, o campo *Observação* apresenta a análise do conteúdo temático do artigo, subdividido dentre os temas que estão inseridos na Representação da Informação.

Quadro-Síntese					
	Título do artigo	Autor	Periódico	Ano	Observação
1	Integrating diversity across the LIS curriculum: An exploratory study of instructors' perceptions and practices online	Mehra, B. Olson, H. Ahmad, S.	IFLA Journal	2011	Retrieval language
2	Out on the Web: The Relationship between Campus Climate and GLBT-related Web-based Resources in Academic Libraries	Ciszek, M.	The Journal of Academic Librarianship	2011	Retrieval Language
3	The Dynamics of Collaborative Tagging: An Analysis of Tag Vocabulary Application in Knowledge Representation, Discovery and Retrieval	Makani, J. Spiteri, L.	Journal of Information & Knowledge Management	2010	Controlled Vocabulary
4	Transgender Subject Access: History and Current Practice	Johnson, M.	Cataloging & Classification Quarterly	2010	Subject Headings; Thesauri
5	Accessing Transgender -- Desiring Queer(er?) Archival Logics	Rawson, K.	Archivaria	2009	Retrieval Language
6	Berman's Bag: Liberated Foreword/Unrequited LC Letters	Berman, S.	The Unabashed Librarian	2009	Subject Headings
7	Challenging Silence, Challenging Censorship, Building Resilience: LGBTQ Services and Collections in Public, School and Post-Secondary Libraries	Schrader, A.	Feliciter	2009	Subject Headings
8	From Closet to the Institution: History Archives Quebec	Prince, J.	Archivaria	2009	Information Processing
9	Transcending Library Catalogs: A Comparative Study of Controlled Terms in Library of Congress Subject Headings and User-Generated Tags in LibraryThing for	Adler, M.	Journal of Web Librarianship	2009	Controlled vocabulary; Subject Headings

	Transgender Books				
10	The Accessibility and Dissemination of Visual and Sound Question of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender "Queer": The Case of the Quebec Gay Archives	Ferron, M.-J.	Archives (Quebec)	2009	Subject Indexing
11	An Inductive Evaluation of a Public Library GLBT Collection	Moss, E.	Collection Building	2008	Subject Headings
12	Minoritization vs. Universalization: Lesbianism and Male Homosexuality in LCSH and LCC	Christensen, B.	Knowledge Organization	2008	Controlled vocabulary
13	Queering the Web: Gay, Lesbian, Bisexual, Transgendered, and Queer (GLBTQ) Resources	Albin, T. Church-Duran, J.	College & Research Libraries News	2008	Retrieval Language
14	An assessment of the information needs of Transgender communities in Portland, Oregon.	Beiriger, A. Jackson, R.M.	Public Library Quarterly	2007	Information Processing
15	De "l'Homosexualite" au "Transvestisme": Analyse des Vedettes-Matiere AttribueEs aux Oeuvres de Fiction LGBT dans les Bibliotheques Publiques Canadiennes	McClary, C. Howard, V.	The Canadian Journal of Information and Library Science	2007	Subject Indexing
16	Gender terminology and indexing systems: the case of woman's body, image and visualization.	Lopez-Huertas, M.J.T. Torres Ramirez, I.	Libri	2007	Subject Indexing
17	A voice for the invisible?	Goldthorp, J.	Information Scotland	2007	Subject Indexing
18	A library outing serving queer and questioning teens.	Martin, H.	The Journal of the Young Adult Library Services	2006	Subject Headings
19	A user study on tactile graphic generation methods.	Krufka, S.E. Barner, K.E.	Behaviour and Information Technology	2006	Subject Indexing
20	Exploring LGBTQ online resources.	Greenblatt, G.	Journal of Library Administration	2005	Subject Indexing
21	If I ask, will they answer? Evaluating public library reference service to gay and lesbian youth	Curry, A.	Reference & User Services Quarterly	2005	Retrieval Language
22	L'Internet dans les rapports de lecture de lesbiennes et de jeunes	Rothbauer, P.	The Canadian Journal of Information and	2005	Retrieval Language

	femmes allosexuelles: recherches infructueuses et lectures illicites.		Library Science		
23	Three decades since Prejudices and Antipathies: a study of changes in the Library of Congress Subject Headings	Knowlton, S.	Cataloging & Classification Quarterly	2005	Subject Headings
24	Les collections gaies et lesbiennes dans les bibliotheques publiques: miroir de la societe quebecoise?	Migneault, B.	Documentation et Bibliotheques	2004	Subject Indexing
25	The epistemological foundations of knowledge representations	Svenonius, E..	Library Trends	2004	Retrieval languages
26	Looking out for number one: euphemism and face	Batchelor, J.A. McGlone, M.S.	Journal of Communication	2003	Retrieval Language
27	Consumer health materials for lesbians, gay men, bisexual and transgendered people	Flemming, T. Sullivant, J.	Public Library Quarterly	2000	Subject Indexing
28	Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities	Campbell, G.	Knowledge Organization	2000	Subject Treatment

Quadro 10: Quadro-síntese dos artigos recuperados na Base LISA que abordam o aspecto da representação da informação

Fonte: Elaborado pelo autora.

A partir dos artigos recuperados, foram extraídas três dimensões temáticas em Representação da Informação:

- 1) Representação do conhecimento enquanto processo:** Information Processing, Subject Indexing, Subject Treatment;
- 2) Instrumentos utilizados para representação do conhecimento:** Controlled Vocabulary, Subject Headings, Thesauri;
- 3) Produtos gerados pela representação do conhecimento:** Retrieval language.

Essas dimensões retiradas da análise do quadro-síntese geraram os seguintes dados: Para a primeira dimensão foram 11 (onze) ocorrências (39%), na segunda dimensão foram encontradas 9 (nove) ocorrências (32%) e na terceira, o número foi de 8 (oito) artigos (29%), expostas no gráfico abaixo.

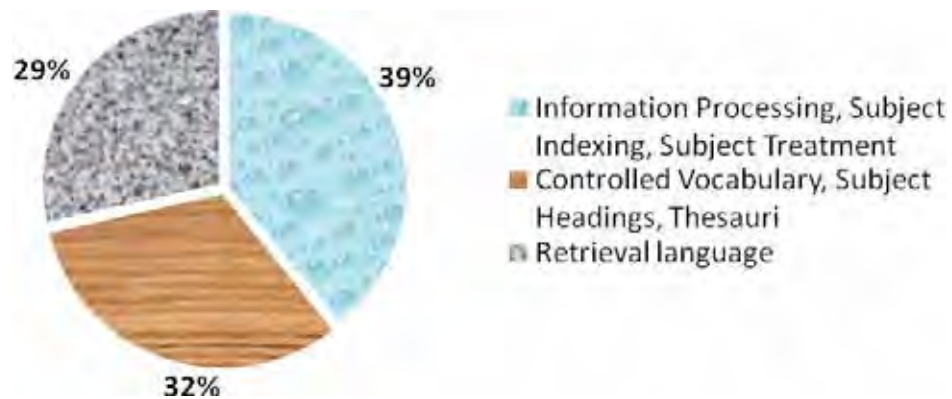


Gráfico 1: Dimensões temáticas

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo, com a divisão dos artigos dentro da categorização anteriormente apresentada, as dimensões geraram o gráfico, no qual foi constatado que as três temáticas possuem tratamento numérico aproximado, provando que todas as dimensões possuem importância e igual tratamento dos pesquisadores da área.

Quanto à análise dos autores, elaborou-se a seguinte tabela de ocorrências.

Tabela 1 - Ocorrência de autores na base de dados LISA

Adler, M.	1
Ahmad, S.	1
Albin, T.	1
Barner, K.E.	1
Batchelor, J.A.	1
Beiriger, A.	1
Berman, S.	1
Campbell, G.	1
Ciszek, M.	1
Christensen, B.	1
Church-Duran, J.	1
Curry, A.	1
Ferron, M.-J.	1
Flemming, T.	1
Goldthorp, J.	1
Greenblatt, E.	1
Howard, V.	1
Jackson, R.M.	1
Johnson, M.	1
Knowlton, S.	1
Krufka, S.E.	1
Lopez-Huertas, M.J.T.	1

Makani, J.	1
Martin, H.	1
Mehra, B.	1
McClary, C.	1
McGlone, M.S.	1
Migneault, B.	1
Moss, E.	1
Olson, H.	1
Prince, J.	1
Rawson, K.	1
Rothbauer, P.	1
Schrader, A.	1
Spiteri, L.	1
Sullivant, J.	1
Svenonius, E.	1
Torres Ramirez, I.	1
TOTAL	38

Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante aos autores, percebe-se que não houve nenhuma ocorrência em duplicidade, o que comprova que muitos autores estão abordando a temática. Importante frisar que alguns deles, como, por exemplo, Olson, Johnson, Greenblatt e Lopez-Huertas têm profícua literatura na área, inclusive com produção em capítulos de livros, livros e anais de eventos.

Em relação à ocorrência dos periódicos, elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 2 - Ocorrência de Periódicos na base de dados LISA

Archives (Quebec)	1
Archivaria	2
Behavior and Information Technology	1
Cataloging & Classification Quarterly	2
Collection Building	1
College & Research Libraries News	1
Documentation et Bibliothèques	1
Feliciter	1
IFLA Journal	1
Information Scotland	1
Journal of Communication	1
Journal of Information & Knowledge Management	1
Journal of Library Administration	1
Journal of Web Librarianship	1
Knowledge Organization	2
Libri	1
Library Trends	1
Public Library Quarterly	2
Reference & User Services Quarterly	1
The Canadian Journal of Information and Library	2

Science	
The Journal Academic Librarianship	1
The Journal of the Young Adult Library Services	1
The Unabashed Librarian	1
TOTAL	28

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que apenas 5 (cinco) revistas foram citadas duas vezes: Archivaria, Cataloging & Classification Quarterly, Knowledge Organization e The Canadian Journal of Information and Library Science.

Também foi constatado a falta de algumas revistas importantes da área no quadro-síntese que não abordaram a temática aqui tratada, tais como Journal of Information Ethics, SCIRE: Representacion y Organizacion del Conocimiento, The Indexer e Journal of the American Society for Information Science and Technology.

Essa dispersão, tanto de autores como de periódicos, parece sinalizar para dois aspectos instigantes, quais sejam: a falta de inserção desse tema em uma agenda de pesquisa mais efetiva na comunidade científica e, talvez como conseqüência, a falta de permeabilidade dessa temática nas políticas editoriais dos periódicos científicos da área.

Em relação à incidência de anos dos artigos selecionados, elaborou-se o seguinte gráfico:



Gráfico 2: Incidência de artigos por ano

Fonte: Elaborado pelo autora.

Na análise do gráfico, percebe-se que o ano de 2009 foi o mais produtivo na temática. Apesar de os anos de 2001 e 2002 não apresentarem nenhuma ocorrência, o gráfico comprova que existe uma linearidade de publicações a este respeito.

No *corpus* da pesquisa ficou evidenciado que o assunto *representação da informação* relativamente às questões da homossexualidade ainda possui pouco espaço dentro do cenário literário científico mundial. Assim, por exemplo: apesar de haver 252 (duzentos e cinquenta e duas) ocorrências para *discriminação*, apenas 3 (três) abordavam a questão da representação da informação como assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco principal os problemas éticos envolvidos e os reflexos do movimento do *politicamente correto* na representação da informação, relativamente à temática da homossexualidade.

Os bibliotecários devem e podem ser agentes de mudanças sociais, já que a própria organização da informação tem o compromisso de ser um instrumento de “inclusão” social.

A questão homossexual ainda é um assunto que necessitará de muito estudo e atenção por parte da sociedade em geral e, em especial, dos profissionais da informação, que são agentes sociais e culturais que lidam com o conhecimento a ser registrado e disseminado na sociedade.

Cabe à Ciência da Informação incluir essa discussão na esfera da representação da informação, tendo em vista que, cada vez mais, os usuários querem estar refletidos da forma como eles mesmos se enxergam nas unidades de informação. Desse modo, o fazer profissional precisa se isentar progressivamente dos problemas éticos que o envolvem no momento da mediação entre a informação/conhecimento e o público a que se destina.

Verifica-se, também, a necessidade de se refletir sobre as atualizações das linguagens documentais (classificações, tesouros, etc) como instrumentos essenciais para um *fazer ético* da representação da informação.

O profissional bibliotecário é o responsável principal em disponibilizar a informação, tratando-a de forma estabelecer consonância entre a linguagem do documento, a linguagem documental da instituição e a linguagem da comunidade, de modo a que possa gerar assuntos representativos para essa comunidade.

Portanto, persiste ao bibliotecário o grande *poder de nomear* cunhado por Olson (2002) e reiterado por Greenblatt (1990) quando relembra ao profissional o quanto ele deve perceber que o *poder de nomear* gera o *poder de controlar* e, a criação e manipulação do poder são constituídas da manipulação e controle de acesso. Por essa questão Olson (2002, p. 5) indica grandes questionamentos: os bibliotecários se recusam a ouvir o que está fora de uma linguagem construída, unificada? Se assim for, o que isso significa para a profissão bibliotecária?

Como bibliotecária atuante e vivenciando os problemas de *tempo* para os chamados “serviços técnicos”, já que os empregadores exigem o maior número possível de livros catalogados e classificados por dia, e com a facilidade próxima de códigos e sistemas que estão em uso durante há muito tempo, observa-se o impacto desse tipo de pressão sobre a atuação profissional dos bibliotecários, não lhes permitindo uma reflexão mais sobre os problemas éticos que permeiam a situação ou, ainda, sem avaliar se os usuários estão satisfeitos com a representação da informação.

Obviamente não é possível generalizar todos os profissionais, mas observa-se um grande contingente de profissionais que ainda trabalham reproduzindo a forma como aprenderam na faculdade, sem ao menos se questionarem se essa ainda continua a opção mais acertada em seu ambiente de trabalho.

Felizmente, a realidade tem se mostrado *promissora*, com a mudança no perfil dos profissionais que buscam a cada dia uma *performance* mais intelectual e menos tecnicista, já que são os bibliotecários quem decidem como representar os indivíduos e, portanto, afetam o acesso e o uso da informação contida nos conhecimentos derivados dos documentos. (OLSON, 2002, p.4).

Considerando o profissional que possui como objetos de trabalhos ferramentas como CDD, LCSH, CDU, etc., é fundamental que os sistemas de classificação também tenham um grande papel a executar, seja fornecendo atualizações mais constantes e a preocupação com as diversas comunidades que desejam ser refletidas ali de forma digna e justa.

Nessa questão, Campbell (2000, p.129) colabora nesta conclusão, quando define que os construtores de um sistema de classificação baseados em uma comunidade específica não podem esperar para serem examinados com menos cuidado. Nem eles podem se proteger com protestos ingênuos de consultar alguma abstração arbitrária conhecido como "o usuário comum." Dos fabricantes de novos sistemas de classificação será esperado que articule sua posição em relação à comunidade para quem o sistema está concebido.

Essa posição vai ser uma parte fundamental da natureza da ferramenta, e se tornará o meio pelo qual os leitores, usuários e críticos do sistema irão se rebelar, e encontrar as suas próprias categorias provisórias. Os construtores das ferramentas de acesso ao assunto são acostumados a perguntar-se primeiramente "Quem são meus usuários?" Eles agora terão que enfrentar mais duas questões igualmente

desafiadoras: "Quem sou eu em relação aos meus usuários?, e como minha posição se manifesta na ferramenta em si?"

No caso das comunidades homossexuais, existe essa indicação, pois mesmo limitando a classificação de objetivos de uma comunidade em particular, essas preocupações de modo algum chegam a um consenso mais fácil, já que as categorias são fluídas e instáveis.

Os membros da comunidade querem tanto ver-se como permanentes e imutáveis, como também socialmente construídos; ao mesmo tempo que querem pertencer e permanecer separados.

Por reconhecer tais ambiguidades inevitáveis à classificação, pesquisadores devem ser incentivados a criar novas e melhores ferramentas de acesso ao assunto. Mas eles só o farão se reconhecerem que as perguntas difíceis estão aqui para ficar, e que o debate, a complexidade e a controvérsia podem ser negociados, mas não banidos. (CAMPBELL, 2000, p.130)

Para isso, o movimento do *politicamente correto* presente na realidade brasileira, com ênfase no campo jurídico, mas também em toda população, tem provocado discussões entre especialistas das áreas de Linguística, Sociologia e Política, entre outras, podendo contribuir para a construção de instrumentos mais apropriados, não apenas por questionar termos com traços de preconceitos, mas também provocando a discussão, dos que não concordam ou não com a *patrulha linguística*, já que é por meio de debates que a sociedade enfrenta seus problemas e busca encontrar soluções mais acertadas a cada contexto.

A esfera jurídica tem propiciado no Brasil o reconhecimento de direitos dos homossexuais, bem como colaborado na inclusão social e em terminologias mais aceitáveis por essa *minoría*, portanto, é de responsabilidade do profissional da informação atentar-se para as questões advindas desta atuação jurídica, já que a grande tendência é de que essa atuação irá se ramificar ainda mais (através da discussão da criminalização ou não da Homofobia, entre outras questões atuais) e provocar na sociedade novos debates, entre eles, a terminologia mais próxima aos grupos minoritários.

O discurso do *politicamente correto* na esfera jurídica se deve, em grande parte, aos problemas vivenciados pelas 'minorias' e, em especial, neste estudo, o caso dos preconceitos sofridos pelos homossexuais, aqui abordados quanto à expressão na linguagem.

Com isso, a linguagem jurídica também busca se alterar tentando minimizar esses problemas, usando muito dos conceitos defendidos pelo movimento do *politicamente correto*.

Paralelamente a todas as expectativas envolvendo os direitos dos homossexuais, o profissional da informação deve preocupar-se com as questões inerentes a área, já que com a inserção do discurso do *politicamente correto* e as *minorias* (sejam elas de negros, índios, nordestinos, etc.) com maior poder de expressão e reivindicações aceitas pela sociedade, acredita-se que não apenas os homossexuais, mas todas as chamadas *minorias* terão maior reconhecimento jurídico, social e político e com isso, usuários de sistemas de informação mais conscientes de seus direitos e de como querem ser representados e identificados nesses sistemas farão com que a preocupação com a representação da informação e conseqüentemente, a inclusão social seja o grande tema do momento para a Ciência da Informação, já que a Organização do Conhecimento tem esta responsabilidade social firmada na sociedade atual.

As atividades de representação da informação devem ser feitas de forma ética e, o mais importante, os instrumentos devem ser manuseados de forma crítica e não apenas tecnicamente. Por isso, o profissional deve estar atento aos aspectos éticos que envolvem o bem fazer profissional, não somente aos problemas derivados do discurso do politicamente correto, mas todos os que perpassam o exercício prático profissional.

Há de se considerar, ainda, que o profissional deve estar sempre atento aos valores fundamentais que permeiam este exercício, como a primazia do interesse do usuário, a objetividade no oferecimento do serviço (minimizando *bias*), a atualidade de precisão na informação fornecida, a preocupação em evitar a censura na seleção ou na representação dos documentos (e se houver, explicá-lo claramente ao usuário como uma política do sistema), a separação das crenças pessoais e dos serviços profissionais e a manutenção da competência profissional (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002).

As questões que envolvem os aspectos éticos no fazer profissional precisam deixar de ser meramente teorias e poder ser verdadeiramente aplicáveis no dia-a-dia do profissional. A continuidade de estudos na área, bem como a tentativa frequente de que os profissionais devem se conscientizar da importância da ética em seu

trabalho, necessitam estar em foco nos eventos e educação continuada destes profissionais.

Afinal, ainda existe um trabalho muito grande para que se minimizem os mais variados problemas de representação dentro de nossas bibliotecas e unidades de informação. E, para isso, as discussões precisam acontecer em outras esferas, não somente com os pesquisadores da área, mas também com os profissionais que “enfurnados” em seu trabalho diário, deixam de aplicar os fundamentos éticos, tão importantes e necessários na melhoria de seu trabalho e, conseqüentemente, na melhoria da vida de seus usuários.

Nesse campo, é ainda difícil ao bibliotecário aliar a teoria (tão fundamental) à prática, sendo estas muitas vezes concebidas como pólos opostos, já que parece ser difícil fazer com que a teoria resista nos momentos de dificuldade. Mas é justamente nesse ponto que reside toda a questão. É com a teoria que dificuldades são diminuídas, já que na teoria encontramos suporte, pesquisas e indicações de como se podem resolver os conflitos.

Quando os usuários passaram a reclamar de que estão sendo mal representados ou de que o sistema de informação não está condigno com a representação da informação socialmente aceita de alguns grupos sociais, foi justamente na teoria e na busca por novos conhecimentos que como bibliotecária, consegui lidar com mais facilidade diante da situação. Não há mais como ignorar essa mudança, os usuários continuarão a exigir e indicar novas formas de representação, o que contribuirá com as melhorias em todos os sistemas de informação.

O bibliotecário precisa compreender o seu papel social e político na sociedade a partir do constante contato com informações que são publicadas, nas quais ele desenvolve um tratamento por meio do qual o usuário terá acesso à informação. Dessa forma, o profissional tem o poder de nomear (OLSON, 2002), o que pressupõe que a atribuição do assunto de um documento se pautar por uma abordagem mais ética de modo a reduzir os problemas da representação da informação e, conseqüentemente, diluir preconceitos e marginalizações.

Nesse sentido, especial atenção deve ser dada ao alerta de Olson (2002, p.15) quando sugere técnicas que façam uma correção universal dos termos (com base conceitual para serem adaptadas às circunstâncias locais), porque a universalidade pode ser uma barreira para o acesso eficaz e adequado ao assunto.

Quanto à literatura científica, em relação à representação da informação quanto a temática da homossexualidade, percebe-se que ainda é embrionária na Ciência da Informação. Poucos estudos se reportam aos problemas éticos que envolvem a representação dessa *minoría*, já que em doze anos de estudos, apenas 28 (vinte e oito) artigos se apresentaram com a abordagem desse estudo. Analisando o aspecto do *politicamente correto*, percebe-se que o assunto começa a despontar na literatura, inicialmente através da preocupação com o desenvolvimento de coleções, na inclusão de títulos que remetam ao universo dos homossexuais, entre outras questões, mas nenhuma em específico que aborde a representação da informação. Acredita-se que em breve as pesquisas se aproximarão dessa abordagem.

A pequena incidência de artigos a partir da pesquisa na LISA talvez se deva ao fato de que tanto na representação da informação, quanto nos aspectos éticos, os estudos ainda têm enfoque generalista, e não se detêm em estudos diferenciados para homossexuais, mulheres, negros, nordestinos (no caso do Brasil), etc. Contudo, isso revela uma tendência a se modificar, já que as particularidades de cada *minoría* conduzirão a estudos cada vez mais individualizados.

O estudo ainda nos mostra que há literatura insuficiente que trata da representação da informação, em especial em relação à temática da homossexualidade, e que o movimento do politicamente correto também carece de estudos mais aprofundados, principalmente no âmbito da Ciência da Informação.

Uma característica relevante desse estudo é que ele se propôs a estudar assuntos que aparentemente não entraram sistematicamente em pauta, portanto, poderá colaborar se antecipando a alguns problemas e discussões que o discurso do *politicamente correto* está inserindo na sociedade brasileira.

Os exemplos citados no corpo desta pesquisa levam a crer que o movimento (com a colaboração da esfera jurídica) “arquitetará” novas polêmicas e protestos a fim de trazer mais e mais os assuntos a tona.

Sinaliza-se, assim para a necessidade de estudos aprofundados, como por exemplo no que se refere à questão de como a literatura jurídica tem estabelecido termos para descrever essas novas situações ligadas ao *politicamente correto* e, em consequência, em que medida as bibliotecas jurídicas – e as linguagens de

indexação da área - têm ou não incorporado essa terminologia quando da representação da informação.

Perspectivas promissoras, nesse sentido, parecem emergir relativamente ao estudo de enfoques regionais, já que tem se verificado o fato de região Sul do país, em especial, o Rio Grande do Sul, haver avançado mais significativamente na discussão juridicamente, a partir de decisões de vanguarda relativas a direitos dos homossexuais, o que pode contribuir para mudanças nos demais estados brasileiros.

Importante também seria comparar como está o mesmo processo em bibliotecas de universidades que possuem cursos jurídicos, bem como avaliar se nas bibliotecas que não possuem esse delineamento jurídico há alguma mudança de percepção quanto aos processos de representação da informação.

Assim, verifica-se a validade do mote de trabalho e a suas perspectivas futuras de aprofundamento, na medida em que se acredita que esta pesquisa poderá contribuir para a sedimentação de reflexões teóricas – e de ações profissionais concretas – relativamente com aos aspectos éticos que envolvem o indexador no tratamento de temáticas ligadas à homossexualidade em um contexto de politicamente correto, reiterando a perspectiva – e o compromisso –social que permeia a Ciência da Informação em sua própria essência.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, E. Cultural sensitivity and political correctness: the linguistic problem of naming. **American Speech**, v. 71, n. 4, p. 389-404, 1996.

BARITÉ, M. **Glosario sobre organización y representación del conocimiento, clasificación, indización, terminología**. Montevideo : Comisión Sectorial de Investigación Científica, 1997.

BARRUCHO, L. G. Onde está o verbete “bom-senso”? **Veja**, n. 10, p. 94-95, 7 mar. 2012.

BEARD, H.; CERF, C. **Dicionário do politicamente correto**. Trad. de Vera Karam e Sérgio Karam. São Paulo : L&PM, 1994.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BENTO, A. A língua da <<correção política>>. In: SERRA, P.(Org.); FERREIRA, I. (org.). **Retórica e mediatização: da escrita à internet**. Covilhã: LabCom; Universidade da Beira Interior, 2008.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. Campinas : Pontes, 1989. v.2 (294 p.)

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: a tract on the LC Subject Heads Concerning People. 2.ed. Jeffersin; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 2.ed. São Paulo : Cultrix, 1985.

BONOTTO, M. E. K. Roupas novas para Chapeuzinho Vermelho. **R. Bibliotecon. & Comum**, Porto Alegre, v. 8, p. 155-167, jul./dez. 2000.

BRAGA, O. **O que é politicamente correto?** Disponível em: <<http://blogdoweiss.blogspot.com/2009/02/o-que-e-politicamente-correto.html>>. Acesso em: 2 abr. 2011a.

BRAGA, O. **O que é politicamente correto?** Disponível em: <<http://espectivas.wordpress.com/o-que-e-o-politicamente-correcto/>>. Acesso em: 3 maio 2011b.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Diversidade cultural e políticas de informação: anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BREY, P. Method in computer ethics; towards a multi-level interdisciplinary approach. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 193-201, 1999.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPBELL, G. A queer eye for the faceted guy: how a universal classification principle can be applied to a distinct subculture. In: MCILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, London, England, July 13-16, 2004. *Advances in knowledge organization 9*. Würzburg: Ergon Verlag, p. 109-113.

CAMPBELL, G. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, v. 27, n. 3, p. 122-131, 2000.

CAPURRO, R. Contribuciones a una ética de la información. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOÉTICA Y EUROPEAN NETWORK FOR APPLIED ETHICS, 2., 2002, Barcelona. **Anais...** Acesso em: <<http://www.capurro.de/eticainf.ppt>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

CARVALHO, D. Q. **Classificação Decimal de Direito**. 4.ed., rev. e atual. Brasília : Presidência da República; Casa Civil, 2002. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/cddir/cddir.nsf.>>. Acesso em 21 jan. 2012.

CIEGLINSKI, A. **Suspensão de kit contra homofobia é “passo atrás”, afirma socióloga**. Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-25/suspensao-de-kit-contrahomofobia-e-%E2%80%9Cpasso-atras%E2%80%9D-afirma-sociologa>>. Acesso em 20 dez. 2011.

CHRISTENSEN, B. Minoritization vs. universalization: lesbianism and male homosexuality in LCSH and LCC. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 4, p. 229-238, 2008.

CONTEÚDO GLOBAL. **A vulnerabilidade e o Islã**. Disponível em: <http://www.conteudoglobal.com/cultura/ataques_de_11_de_setembro/index.asp?action=vulnerabilidade_isla&nome=A+vulnerabilidade+e+o+Isl%E3> Acesso em: 06 mar. 2012.

DIAS, M. B. **Direito homoafetivo**: consolidando conquistas. Acesso em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/index.php>. Acesso em 23 jul. 2011.

DIAS, M. B. **União homoafetiva**: o preconceito & a justiça. 4.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DOWNIE, A. In un-P.C. Brazil, a list of 96 offensive terms causes offense. **The Christian Science Monitor**, 17 maio 2005. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2005/0517/p01s04-woam.html>>. Acesso em 28 jul. 2011.

ESTATUTO DA DIVERSIDADE SEXUAL. Anteprojeto. Disponível em: <http://www.oab.org.br/arquivos/pdf/Geral/ESTATUTO_DA_DIVERSIDADE_SEXUAL.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2011.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. **Ethical concerns and their place in the training of information professionals**. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/publicaciones/journal/pdf/ethical-concerns.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 487-492. (Advances in Knowledge Organization, 8).

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. **New worlds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier, 1994. p. 459-470 .

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. Tradução por Laffayette de Souza Álvares Jr; revisão por Lídia Silva de Freitas e Ricardo Sili da Silva. In: FUJITA, M.S.L. (Org.); MARTELETO, R. M. (Org.); LARA, M. L. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Fundepe, 2006. p. 19-34.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg : ERGON-Verlag, 2002. p.516-522.

O GLOBO. **Cresce número de agressões contra homossexuais na Bahia**. Rio de Janeiro, 19 jul. 2011. Disponível em:< <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/07/cresce-numero-de-agressoes-contra-homossexuais-na-bahia.html>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

GREENBLATT, E. Homosexuality: the evolution of a concept in the Library of Congress Subject Headings. In: Gough, C. (Ed.); Greenblatt, E. (Ed.). **Gay and lesbian library service**. Jefferson, N.C.: McFarland, 1990. p. 75-101.

GREENBLATT, E. Homosexuality: the evolution of a concept in the Library of Congress Subject Headings. In: GOUGH, C. (Ed.); GREENBLATT, E. (Ed.). **Gay and lesbian service**. Jefferson, N.C.: Mc Farland, 1990. p.75-201.

GREENBLATT, E. (Ed.) **Serving LGBTIQ library and archives users: essays on outreach, service, collections and Access**. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, 2011.

GUIMARÃES, J. A. C. **Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área de Biblioteconomia no Mercosul**. Marília: UNESP, 2007. Relatório de Produtividade do Projeto Integrado de Pesquisa referente ao período 2003-2006 apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: **MEMÓRIA, informação e organização do conhecimento: seminário cruzando fronteiras da identidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. La ética del profesional de la información en el mundo globalizado. **Palabra chave**, v. Especial, p. 55-56, 2002.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. In: ENCUESTRO DE EDIBCIC, 5., Granada. **La formación de profesionales y investigadores de la formación para la sociedad del conocimiento: actas**. Granada: Universidad de Granada, 2000. p. 206-216.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: Valentim, M.L.P. (Ed.) **Profissionais da informação: formação e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000a. p. 53-70.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona : Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: **la dimensión humana de la organización del conocimiento: la dimensión humana de l' organización del coneixement**. Barcelona : Universitat de Barcelona, 2005. p. 178-185.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos das novas tecnologias de informação e comunicação e seu reflexo na organização e Representação do Conhecimento. In: **Aspectos Jurídicos e Éticos da Informação Digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 9-20.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Los valores éticos en Organización y Representación del Conocimiento (ORC) In: La interdisciplinariedad y transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico. León: Universidad de León, 2007. p. 77-89.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C. Aspectos éticos na atuação do profissional da informação. In: Aspectos jurídicos e éticos da informação digital. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 21-38.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: FRIAS MONTOYA, J.A., TRAVIESO, C. (Org.). **Tendências de investigação en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. (Org.) **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. 160p.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. **Ética en organización y representación del conocimiento**: aspectos teóricos. Nuovi Annali, v. 24, p. 235-251, 2010.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C.; PINHO, F. A. et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: Culture and identity in knowledge organization. Würzburg : Ergon, 2008. p. 361-366.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli** (UFSC), Florianópolis, v.13, p.124-35, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, L. M. B. Ética no campo da pesquisa como instrumento de ensino: a apreensão do conhecimento na rede internet. In: GUIMARÃES, J. A. C., FERNANDEZ MOLINA, J. C. (Org.). **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 133-144.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. **Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.)**. In: VII ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2006, Marília. Anais, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=265>> Acesso em: 20. jul. 2011.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC). In: A Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de Produção, Acesso e Disseminação da Informação.1.ed. São Paulo Cultura Acadêmica, 2008. p. 67-85.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2007.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Reflexiones acerca de las teorías sobre ética em la representación del conocimiento. **Biblios**, Lima, n.32, jul. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttex@pid=S1562-47302008000300006>. Acesso em: 11 dez. 2009.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; ALMEIDA, C. C. et al. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 94-129.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.1, p.137-152, jun./jul.2008.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALMARI, H. Political correctness, euphemism, and language change: The case of 'people first.' **Journal of Pragmatics**, v. 43, p. 828-840, 2011.

HORTA, M. O que você pode falar, afinal? **Superinteressante**, a. 24, v. 293, n.7, p.21-22, 2011.

JOHNSON, M. **Gay, lesbian, bisexual, and transgender subject access**: History and Current Practice. S.l.: GLIS, 2007.

JORDÃO, C. A invasão do politicamente correto: beiram o exagero os termos utilizados para mascarar a realidade ou coibir manifestações preconceituosas. **Isto É**, v. 2027, set. 2008. Disponível em: <http://www.istoec.com.br/reportagens/8822_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO.> Acesso em: 3 maio 2011.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez07/Art_01.htm>. Acesso em 01 abr. 2012.

KUBLICK, A. et al. Adapting Dominant Classifications to Particular Contexts. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 37, n. 1/2, p. 13-31, 2003.

LARA, M. I. G. O processo de construção da informação documentária e o processo do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, 2002.

LYONS, J. **Lingua(gem) e lingüística**: uma introdução. Trad. de Marilda Winkler Averburg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC/Gen, 2009.

LÓPEZ-HUERTAS, M.J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008.

LUFT, L. Vamos queimar os dicionários. **Veja**, n. 11, p. 22, 14 mar. 2012.

MAI, J.-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 1, p. 39-48, 2004.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr11/Art_05.htm>

MAIS da metade dos brasileiros são contra união gay, diz Ibope. **Folha.com**. São Paulo, 28 jul. 2011. Caderno cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/950907-mais-da-metade-dos-brasileiros-sao-contra-uniao-gay-diz-ibope.shtml>>. Acesso em 28 jul. 2011.

MARTINHO, N. O. **Aspectos éticos em tratamento temático da informação**: uma abordagem de valores e problemas a partir da literatura dos periódicos Scire representación y organización del conocimiento, anais da ISKO – International e Cataloging & Classification Quarterly. 2007. 157 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MARTINS, M. H. O. A ética em questão. **Palavra chave**, São Paulo, n. 8, p. 3-4, out. 1994.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S.O. ; GUIMARÃES, J. A. C. **Bias in indexing languages**: theoretical approaches about feminine issues In: Paradigms and conceptual systems in knowledge organization. Wurzburg : Ergon, 2010. p. 424-429.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n.1, fev. 2011.

MILANI, S.O.; GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Org.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MINORIA. In: Infopédia. Porto: Porto Editora, 2012. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$minoria](http://www.infopedia.pt/$minoria)>. Acesso em: 06 mar. 2012.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

MONTEIRO, A.; BARRETO, G.; OLIVEIRA, I. et al. **Minorias étnicas, lingüísticas e religiosas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/minorias.html#_ftn3>. Acesso em: 06 mar. 2012.

MOONEN, F. As minorias ciganas e o direito : algumas reflexões teóricas. apud MONTEIRO, A.; BARRETO, G.; OLIVEIRA, I. et al. **Minorias étnicas, lingüísticas e religiosas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/minorias.html#_ftn3>. Acesso em: 06 mar. 2012.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutiérrez, Michéle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em Temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 157 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma linguagem de madeira. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

RIBEIRO, H. C. F. Diversidade sexual, preconceito e discriminação: novos paradigmas para se pensar sobre a questão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.21, n.2, 2010. (CD-ROM)

RIBEIRO, J. U. **Politicamente correto**: linguagem e delírio autoritário. Observatório da Imprensa, ano 16, n.327, maio 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=327IPB004>> Acesso em: 12 jan. 2011.

RIBEIRO, R. J. Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: _____.. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 26-44.

RODRIGUES, H. J. A. **Pensando minorias sexuais e de gênero sob a perspectiva das políticas pública e de subjetivação**. 98 f. Dissertação (Psicologia Institucional) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Trad. de Antônio Trânsito. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ROSSONI, R. J. **A escolha lexical quando do uso da linguagem politicamente correta**: uma análise de acordo com a teoria das implicaturas de Grice. 2009. 68 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANCHES, V. K. C. **Discriminação por orientação sexual no contrato de trabalho**. São Paulo: LTR, 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; Ed. da USP, 1969.

SCLIAR, M. Introdução. In: BEARD, H.; CERF, C. **Dicionário do politicamente correto**. Trad. de Vera Karam e Sérgio Karam. São Paulo: L&PM, 1994.

SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2012.

SEMPRINI, A. O “politicamente correto”. In: _____. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. p.61-80.

SILVA, C.R. Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 0, n. 1/2, jan./dez. 2004.

SILVA, C. R.; LARA, M. L. G. **Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias**. 2004. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, 2004a.

SILVA, A. G.; ROLIM, M. L. B. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/4/4>> Acesso em: 22 jan. 2012.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria Queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2006. p. 8.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. de. O campo da lingüística documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203 – 211, set./dez. 2006.

VIEIRA JÚNIOR, N. C. **Uso de informação como forma de amenizar os preconceitos acerca da homossexualidade**. 2005. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, 2005.

WILSON, J. K. **The myth of political correctness**: the conservative attack on higher education. Durham: Duke University Press, 1995.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.7-72.